



**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA – *Dr. Raul Almeida da Paz.***

**POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E
SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
no CNPJ/MF sob o nº 32.287.420/0001-97, estabelecida à Rua
Professor Leonildo Rocha, Nº 383, Eed. Rosa de Sharon, 1º
andar, sala 103, Centro, Feira de Santana – BA, CEP 44001-512,
por meio do seu Titular: Sr. Emanuel Melhor Ribeiro, brasileiro,
divorciado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 359.599.675-
53, portador do RG nº 0252823109SSP/BA, residente e
domiciliado em Salvador– BA, vem, tempestivamente, interpor
a presente

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020**

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

expondo e requerendo o que se segue:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

1. Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente “Impugnação ao Edital” é oferecida tempestivamente, pois respeitado o prazo decadencial constante do Item 18.1 do Ato Convocatório. Assim:

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas por meio do e-mail **rpaz@tre-ba.jus.br**, informando o número deste Pregão.

2. Outrossim, deve a Sr. Pregoeiro receber esta “Impugnação ao Edital” como recurso, *ex-vi legis*, inclusive atribuindo-lhe **efeito suspensivo**, a fim de evitar que o prosseguimento da licitação acarrete a violação de direitos subjetivos dos interessados, que haverão de ser respeitados, como se depreende do disposto na Lei Nº 8.666/93.

3. Aliás, neste contexto, a melhor doutrina dispõe que:

"Deve a impugnação, a nosso ver, independentemente do momento em que chegue ao conhecimento da Administração, ser pela CJL examinada com isenção de espírito e segundo a

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

mais imparcial técnica; após, se concluir a CJL pela sua procedência, deve recomendar à autoridade superior que, se ainda em tempo, **reforme o edital extirpando o vício (tenha a ele a natureza que for)**; se não a tempo de modificá-lo, que recomende a anulação de todo o certame. E à autoridade se recomenda que, com a mesma isenção, examine os fundamentos da manifestação da CJL para, se for o caso, reformar o edital, comunicando-o, ou anular o procedimento". (Ivan Barbosa Rigolin *in* "Manual Prático das Licitações", Ed. Saraiva, pág. 214) (grifo nosso).

4. Assim, ante tudo o quanto exposto, reitera a Impugnante que a presente "Impugnação" seja recebida em ambos os efeitos - **devolutivo e suspensivo** - e conhecida pela Administração licitadora, face à relevância dos fundamentos fático – jurídico adiante expostos.

DO MÉRITO:

5. No ensejo de contratar empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, de apoio administrativo e operacional, compreendendo as atividades de telefonista, auxiliar de informática, auxiliar de arquivo, auxiliar de rotinas administrativas, supervisor e auxiliar de supervisão, para atuação nos serviços de protocolo e expedição, arquivo, ouvidoria e atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o TRE/BA fez publicar o Edital do "PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2020".

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, N° 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

6. O Edital do supra referido certame, assinado pelo Sr.^a Pregoeiro, trouxe em seu bojo as regras do procedimento, notadamente as exigências para a habilitação dos licitantes e para a elaboração das suas propostas financeiras.

7. Contudo, como restará demonstrado a seguir o Ato Convocatório traz em seu bojo exigências ilegais que, se não forem sanadas, macularão o Edital de VÍCIOS INSANÁVEIS, e, por via de consequência, o certame será NULO. Tudo da maneira que se segue:

DA EXIGÊNCIA DE:

ÍNDICES FINANCEIROS

X

CAPITAL CIRCULANTE (16.66%)

X

PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

8. Veja-se que o Ato Convocatório assim dispõe:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

SEÇÃO XII- DA HABILITAÇÃO

12.1.6.1. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

- a)** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- b)** Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor ofertado pela licitante para os 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral;
- c)** Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta Da licitante.

9. Ocorre que - embora a Impugnante possua "Patrimônio Líquido" de R\$ 104.213,42, ou seja, inferior ao valor exigido pelo Edital, qual seja, 10% do valor do contrato, bem como, não possua "Capital Circulante" no percentual de 16,66% do valor ofertado pela licitante para os 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral - de acordo com o documento anexo - elaborado por contador devidamente inscrito no CRC/BA sob o nº 028826/O-2, esta detém "Índices Financeiros" que demonstram de maneira irrefutável a BOA SAÚDE FINANCEIRA da empresa. Assim:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

ÍNDICES FINANCEIROS DA IMPUGNANTE:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	354,84
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	354,84
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	365,84

10. Inquestionavelmente, o TRE/BA não deve excluir do certame empresa com sólida saúde financeira - como no caso da “POTENCIAL” - apenas porque esta não possui o “Patrimônio Líquido” e o “Capital Circulante” solicitados no Edital, isto quando esta possui “ÍNDICES FINANCEIROS” sólidos e que asseguram a SAÚDE FINANCEIRA da empresa, e, ainda, caso venha sagrar-se como vencedora do certame, prestará a “GARANTIA” prevista no Ato Convocatório a ser firmado , garantindo, assim, o adimplemento do contrato.

SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.8. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a **5%** sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

11. Ainda, para ilustrar, urge ressaltar que o Edital do “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2008” do STJ – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (item 10.1 “h”) exige apenas a comprovação de bons índices financeiros, com a exigência de comprovação de “Capital Social” ou “Patrimônio Líquido” apenas nos casos em que aqueles forem INFERIORES a 1. Assim:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 23/2008

10. 1 “h.1” – caso a empresa apresente resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial, possuir patrimônio líquido ou capital social registrado e integralizado, ou atualizado à data da apresentação da proposta, observados os seguintes valores: ...

12. Efetivamente, não se pode excluir do certame uma empresa com sólida saúde financeira como é o caso da “POTENCIAL” – que poderá vir a ser aquela a ofertar o melhor preço para a TRE/BA – apenas porque esta não tem o “Patrimônio Líquido” e o “Capital Circulante” solicitados no Edital, isto uma vez que, como demonstrado acima possui “Índices Financeiros” $\geq 1,00$.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

13. Ainda, urge ressaltar que a exigência de que – mesmo as licitantes que detém Índices Financeiros ≥ 1 – possuam “Patrimônio Líquido” de 10% do valor do contrato e o “Capital Circulante” no percentual de 16,66% do valor ofertado pela licitante para os 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral vai de encontro a vários princípios agasalhados pela “Lei 8.666/93”. Senão vejamos:

DO PRINCÍPIO DA FINALIDADE:

14. Urge ressaltar que a exigência impugnada vai de encontro ao “PRINCÍPIO DA FINALIDADE”, pois, segundo este princípio, o que explica, justifica e confere sentido a uma norma é precisamente a finalidade que a anima, ou seja, corresponde a aplicação da lei na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada.

15. E, no presente caso a finalidade de aferir a boa saúde financeira da empresa foi alcançado mediante a apresentação de “Índices Financeiros” MAIORES OU IGUAIS a 01 e, ainda, a finalidade de garantir o adimplemento do contrato também foi alcançada mediante a exigência de apresentação de “GARANTIA”.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

16. Por fim, a este respeito, urge invocar a JURISPRUDÊNCIA do TRF / 4ª REGIÃO - 3ª TURMA - MAS nº 75162/PR - Processo nº 2000.70.00.030276-6 - DJ 18.09.2002; pág. 378, assim decidiu:

"Em sede de licitação, as exigências de qualificação técnica e econômica deverão ser as mínimas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, ex vi do disposto no inc. XXI, do art. 37 da CF...."

17. Enfim, ante tudo o quanto acima exposto, resta fartamente comprovado que o "PRINCÍPIO DA FINALIDADE" deixou de ser observado.

DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE:

18. Outro importante aspecto a ser ressaltado é o de que a exigência de "PATIMÔNIO LÍQUIDO" e "CAPITAL CIRCULANTE", isto mesmo para as licitantes que detém Índices $\geq 1,00$, afronta a regra do Art. 37, XXI, *in fine*, da Carta Constitucional de 1988, que assim dispõe:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - Art. 37, XXI - "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam condições de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".**

19. Por seu turno, também o Art. 3º e § 1º, I da Lei 8.666/1993 proíbe cláusulas que comprometam, frustrem ou **restringam o CARÁTER COMPETITIVO** do procedimento licitatório. Assim:

LEI 8.666/93 - Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

20. Sem dúvida alguma, a exigência ora rechaçada feriu o “**PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE**”, cuja regulamentação preceitua que **as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da AMPLIAÇÃO DA DISPUTA entre os interessados, que tem como consequência imediata a REDUÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS.**

21. Ainda a respeito da **AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE** no certame, é de bom alvitre citar a oportuna advertência de Adilson Abreu Dallari *in* "Aspectos Jurídicos da Licitação", Ed. Saraiva, 3ª Ed., 1992, págs. 88 / 89, quando anota com felicidade que:

"a doutrina e a jurisprudência indicam que, **no tocante à fase de habilitação**, como o objetivo dessa fase é verificar se aquelas pessoas que pretendem contratar têm ou não têm condições para contratar (essa é a essência, isto é, o fundamental), **interessa para a Administração receber o maior número de proponentes, porque, quanto maior a concorrência, maior será a possibilidade de encontrar condições vantajosas.**

...

Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a Administração não pode deixar-se envolver pelo

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

interesse de um proponente (que é adversário dos outros proponentes e está defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com **o interesse público. Este está na amplitude do cotejo, na possibilidade de verificação do maior número de propostas**". (grifos nossos).

22. Também trazemos à colação decisão proferida pela M. M. Desembargadora Federal do TRF / 1ª Região - Drª Selene Maria de Almeida - no bojo do Agravo de Instrumento nº 2002.01.00.016064-0/DF, aonde esta assim decidiu:

"Não merece acolhida a argumentação do Instituto agravante, sobre a questão referente aos mérito administrativo, pois, **ainda que não possa negar que cabe ao Administrador Público estabelecer as diretrizes e executar os planos estipulados de forma a atender o interesse público** e a melhor forma de prestação de serviços pelo Poder Público, **ele deve sempre conduzir sua atuação em estrita observância à Lei, que** no caso, no § 1º, do art. 23 da Lei 8.666/93, **preconiza** o aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e **a ampliação da competitividade no certame.**

Assim, resta patente que as exigências estipuladas para a participação no certame, à vista de sua magnitude, restringem inegavelmente a disputa, o que não atende o interesse público de melhor prestação de serviço pelo menor preço que possa ser obtido pela Administração, o que via de regra não ocorre com a participação de um reduzido nº de licitantes".

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

23. No mesmo sentido:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL QUE DISPÕE QUE A EMPRESA LICITANTE DEVE POSSUIR ÍNDICES DE CAPACIDADE FINANCEIRA ACIMA DE 1 (UM), NOS TERMOS DA I.N. MARE 05/95 E TER CAPITAL MÍNIMO.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/95 QUE PREVÊ QUE APENAS AS EMPRESAS COM ÍNDICES ABAIXO DE 1 (UM) DEVEM COMPROVAR CAPITAL MÍNIMO.

EMPRESA QUE, EM JUÍZO, DEMONSTRA TER CAPITAL MÍNIMO SUPERIOR AO PREVISTO NO EDITAL. IDONEIDADE FINANCEIRA COMPROVADA.

REMESSA DE OFÍCIO IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DE OFÍCIO IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA."

(TRIBUNAL 5ª REGIÃO Classe: REO - Remessa Ex Ofício - 78608, Processo: 200105000445788 UF:PB Órgão Julgador: Quarta Turma, Data da decisão: 13/05/2003 Documento: TRF500069437, Rel. Desembargador Federal Edílson Nobre).

24. Ainda a este respeito, o entendimento jurisprudencial dos nossos tribunais combatem discricionariedades que venham a propiciar o esvaziamento dos interessados, mantendo mansa e pacífica jurisprudência sobre a matéria ora levada a discussão, *in-verbis*:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro, Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

"Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas ou serviços mais convenientes aos seus interesses.

Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados.

Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório". (Revista de Direito, SP, vol. 14, p. 240).

25. Assim, tudo o quanto aqui exposto, é para demonstrar, de maneira inequívoca, que a exigência ora impugnada, por certo, ensejará o esvaziamento da licitação, direcionando-a a um diminuto número de participantes.

DA JUSRISPRUDÊNCIA A RESPEITO DO ASSUNTO:

26. Quanto à questão ora discutida, trazemos à colação decisões proferidas em CASOS IDÊNTICOS AO PRESENTE, proferidas pelos Juízes das 5ª, 6ª e 7ª Varas da Fazenda Pública de Salvador – BA, tendo estes assim se pronunciado:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

DECISÃO DO M. M. JUIZO DA 5ª VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SALVADOR
(ANEXA)

...

2 - Examino, nesta medida, o pleito de concessão de "liminar".

Depreende-se do exame do CRC de fls. 28 que a IMPETRANTE satisfaz os "índices financeiros" exigidos pela alínea "a-1", do item XII-4 do edital da licitação em foco, visto que apresentou: (1) o índice de Liquidez Corrente de 1.97 e igual índice de Liquidez Geral, quando a exigência é que fossem maiores que 1.00; (2) o índice de Grau de Endividamento de 0.43 quando o reclamado foi que fosse, no máximo, de 0.50.

Conforme estabelece o § 2º do art. 31 da Lei 8.666/93, a Administração, no caso da prestação de serviços, hipóteses dos autos, pode exigir comprovação de "patrimônio líquido mínimo", no dizer legal, "- como dado objetivo de comprovação de qualificação econômico-financeira dos licitantes..." - sic-.

A outro giro, o § 5º do predito dispositivo assevera que "- A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através de cálculo de índices contábeis previstos no edital..."

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512



POTENCIAL
Empreendimentos e Serviços

Afigura-se-me, portanto, plausível a sustentada tese do excesso na avaliação da "capacidade econômico-financeira", face a conjugação dos dois critérios (exigência do patrimônio líquido e comprovação dos índices contábeis), o que reduziria o universo dos que poderiam participar do certame. É que os reportados dispositivos (o § 2º e o § 5º, do art. 31 da Lei das Licitações), estabeleceram, seus respectivos critérios de avaliação de forma isolada, sem cogitar interrelação entre si, apresentando-se, pois, como critérios distintos e específicos para se avaliar aquele requisito da "fase de habilitação".

Tais previsões específicas guardam correspondência com o quanto estabelecido, respectivamente, nos §§ 2º e 4º, do art. 102, da Lei estadual de N.º. 9.433/2005.

Ademais, o § 2º do art. 31 da Lei 8.666/93, equivalente ao § 2º, do art. 102 da referida lei estadual, assegura uma alternatividade (observe-se o emprego da alternativa "ou"), cabendo à Administração, escolher 1 (um) dentre os critérios seletivos admitidos (exigência de capital mínimo, ou de patrimônio líquido mínimo ou de garantias).

"O art. 31, § 2º da Lei de Licitações determina que a Administração eleja um dos três requisitos, na fase de habilitação, em termos de exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira da empresa licitante, para depois estabelecer que tal requisito também será suficiente a título de garantia do contrato a ser posteriormente celebrado" (Resp. 822.337/MS, 1º T., rel. Min.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

Francisco Falcão, j. Em 16/05/2006, DJ de 01/06/2006).

Súmula 275 do TCU: "Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e execução de obras e serviços" (grifei).

Vislumbra-se, assim, uma outra exigência excessiva, visto que o edital, contrariando o § 2º do art. 31 da Lei 8.666/93, e o § 2º do art. 102 da Lei estadual de N°. 9.433/2005, exigiu, cumulativamente, comprovação de "patrimônio líquido" e "garantia".

Entendo, assim, em sede de "cognição sumária", excessiva as exigências de comprovação do "índices financeiros" (LC, LG e GE), todos satisfeitos pela IMPETRANTE, do "patrimônio líquido", além da "garantia" (a ser prestada pela Impetrante).

Desta forma, se a IMPETRANTE reúne os "índices financeiros" exigidos pela alínea "a.1", do item XII-4 do edital e se a mesma irá prestar a "garantia" exigida, dispensável, afigura-se-me, para a avaliação de sua "capacidade econômico-financeira", posto que excessiva, a demonstração do "patrimônio líquido mínimo" reclamado.

Dou, assim, pela plausibilidade do direito arguido, sendo que a ineficácia da medida, caso só concedida a final, resulta patente, posto que cuida-se de um procedimento célere, cuja fase de habilitação logo será ultrapassada.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512



POTENCIAL
Empreendimentos e Serviços

EX POSITIS, considerando o que dos autos consta, DEFIRO a concessão da LIMINAR reclamada, determinando, como determinado fica, admita o digno IMPETRADO, como seja, o Ilmo. Sr. Pregoeiro, a participação da IMPETRANTE no PREGÃO ELETRÔNICO de N°. 016/2015, apresentando sua proposta de preços, sendo, se for o caso, na fase subsequente, considerada habilitada, independentemente da comprovação da exigência questionada (comprovação do patrimônio líquido no limite exigido pelo edital), desde que satisfeitas as demais constantes do predito Edital. (grifos nossos).

DECISÃO DO M. M. JUIZO DA 6ª VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SALVADOR
(ANEXA)

"1.5. ... A Lei de Licitações, em seu art.31, dispõe que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, certidão negativa de falência e garantia (caução em dinheiro, em títulos da dívida pública ou fidejussória, ou, ainda, fiança bancária); a exigência concomitante de apresentação de índices financeiros superiores a 1,0 e patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) tem-se por exagerada, o que restringe a participação dos licitantes. Como se afirmou na decisão de fls.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

108/110, estas irregularidades esboçam a necessidade de readequação da norma editalícia, face ao imperativo categórico de vinculação do ato administrativo ao princípio da legalidade e da isonomia. Neste sentido, qualquer tipo de restrição à livre concorrência, não prevista na Lei 8.666/93, configura-se como ilegal. Soam, portanto, exorbitantes, imoderadas as referidas exigências, cujo consectário imediato é tornar o processo licitatório inalcançável para uma gama respeitável de licitantes, o que poderia resultar em possível prejuízo para o erário". (grifos nossos).

DECISÃO DO M. M. JUIZO DA 7ª VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SALVADOR
(ANEXA)

"Dos argumentos postos e devidamente comprovados através de documentos, extrai-se a relevância dos fundamentos. A ineficácia da medida exsurge dos iminentes danos irreparáveis, em razão de que os procedimentos licitatórios devem ter por fim precípua o alcance do princípio da isonomia e da legalidade. Observando-se que existe violação aos fins referidos, vez que não se mostra razoável exigir inscrição dos interessados no CRA, levando-se em consideração o objeto contratado, bem como as exigências de qualificação técnica, restringindo a participação de um maior número de empresas interessadas, ferindo também o Edital quando exige

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

comprovação de patrimônio líquido concomitante com a comprovação de índices financeiros maiores que 1, o que fere o princípio da isonomia e da legalidade e mais horas extras e a contratação de supervisor sem ônus para a administração, o que fere frontalmente ao princípio da legalidade, estando provado a presença do "fumus boni iuris", pelo fatos narrados e pela prova documental a esta acostados e do "periculum in mora", que reside no fato da possibilidade de ineficácia da decisão final, caso não seja concedida de logo, vez que o procedimento continuará até final com a contratação desejada e portanto o writ perderá o seu objeto, ficando a "ATIVA" impossibilitada de participar do pregão, em face das ilegalidades exigidas". (grifos nossos).

27. Por fim, especificamente quanto ao "Capital Circulante" no percentual de 16,66% do valor ofertado pela licitante para os 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral, temos que tal exigência **NÃO TEM FUNDAMENTO LEGAL** e, assim, a sua exigência vai de encontro ao "**PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**".

28. Veja-se que – quanto à comprovação de boa situação financeira da empresa a Lei nº 8.666/93, em seu Art. 31, I, exige **APENAS** que:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

Lei 8.666/93 – Art. 31 – A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, **que comprovem a boa situação financeira da empresa**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

29. Ou seja não há **ABSOLUTAMENTE NENHUMA PREVISÃO LEGAL** que respalde a exigência de “Capital Circulante” no percentual de 16,66% do valor ofertado pela licitante para os 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral

30. Em verdade, o percentual supra citado não pode ser fixado de maneira aleatória pela administração, pois, estes só pode ser adotado se estabelecidos por meio de **DECRETO REGULAMENTADOR** – o que não o correu.

31. Efetivamente, a exigência do percentual de 16,66% do valor ofertado pela licitante para os 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral, se caracteriza como **ATO LIMITADOR DO DIREITO DE LICITAR**.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

EMPRESA LICITANTE

X

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

32. Como se pode depreender da leitura do item 12.1.7 do Ato Convocatório do “Pregão Eletrônico Nº 03/2020”, a TRE/BA exigiu que, quanto à qualificação técnica, as Empresas partícipes apresentassem:

SEÇÃO XII- DA HABILITAÇÃO

12.1.7. Qualificação técnica:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, **em nome da licitante,** que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a empresa gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 20 (vinte) postos de trabalho;

33. Todavia, como restará demonstrado a seguir, a exigência constante do item do Ato Convocatório acima indicado concernente a apresentação **de ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA em nome da EMPRESA** é flagrantemente ILEGAL.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

34. Sem dúvida alguma, visando atender aos “PRINCÍPIOS” norteadores do procedimento licitatório, **o Edital deveria exigir atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem TER “A LICITANTE” OU O SEU “RESPONSÁVEL TÉCNICO” cumprido, de forma satisfatória, a execução dos serviços licitados.**

35. Sim porque o pelo Art. 101, § 2º da Lei nº 9.433/205 claro ao preceituar que:

Art. 30 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º - A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **limitadas as exigências a:**

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

36. Ou seja, embora a Empresa Impugnante não possua atestados de capacidade técnica em seu próprio nome, esta possui em seu quadro permanente RESPONSÁVEL TÉCNICO que detém em seu “ACERVO TÉCNICO” quantidade de “Atestados Técnicos” muito superior àquela exigida no Edital.

37. Veja-se que, de acordo com item 12.1.7 do Ato Convocatório do “Pregão Eletrônico” em epígrafe, deverão ser comprovados 20 (VINTE) POSTOS DE SERVIÇO.

38. Ainda, conforme se pode verificar da documentação em anexo, o “Responsável Técnico” da Empresa Impugnante possui em seu “Acervo Técnico” quantidade que atinge 216 POSTOS DE SERVIÇO, ou seja, 1.080% do quantitativo total exigido no Edital. Desta forma:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

DNIT	46 POSTOS
MINISTÉRIO DA FAZENDA	42 POSTOS
MINISTÉRIO DA FAZENDA	03 POSTOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11 POSTOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	07 POSTOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA	20 POSTOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA	19 POSTOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA	14 POSTOS
EBDA	24 POSTOS
SERPRO	02 POSTOS
SEGRASE	28 POSTOS
TOTAL	216 POSTOS

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

39. Assim, se o RESPONSÁVEL TÉCNICO da Impugnante possui em seu “Acervo” a comprovação de ter prestado os serviços licitados em moldes inclusive superiores aos exigidos no Edital, não há motivo subsistente para alijar do certame uma empresa que possui em seu quadro de funcionários um “Responsável Técnico” com a experiência exigida.

40. Efetivamente, desprezar empresas que possuam em seu quadro de pessoal um “Responsável Técnico” com a experiência bastante superior à exigida, vai de encontro aos mais elementares preceitos da Lei de Licitações Públicas, uma vez que poderia se estar desprezando a proposta mais vantajosa para a Administração, que, em última instância, é o mais importante aspecto dos certames.

41. Além disto - NOVAMENTE - o supracitado item também compromete - e muito - o caráter competitivo do procedimento licitatório e afronta vários dos “PRINCÍPIOS” agasalhados pela Lei 8.666/93, como também o Art. 3º da Lei 8.666/93 e o Art. 37, XXI da Constituição Federal. Senão vejamos:

DO PRINCÍPIO DA FINALIDADE:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

42. Veja-se que “Princípio da Finalidade” foi atingido, pois, segundo este princípio, **o que explica, justifica e confere sentido a uma norma é precisamente a finalidade que a anima**, ou seja, corresponde a aplicação da lei na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada.

43. Note-se que a Impugnante será inabilitada na licitação em epígrafe exatamente em razão de uma exigência ilegal e manifestamente desprovida de razoabilidade.

44. Sim, porque embora possua em seu quadro permanente de funcionários um “RESPONSÁVEL TECNICO” com “ACERVO” compatível com o exigido no Edital, a comprovação da capacidade técnica da empresa só poderá ser realizada por meio de apresentação de “Atestados de Capacidade Técnica”.

45. Assim, resta evidenciado que foi ferido o “PRINCÍPIO DA FINALIDADE”, ainda mais quando a TRE/BA não dispõe de argumentos plausíveis e fundamentados que justifiquem a não aceitação do “ACERVO” do “RESPONSÁVEL TECNICO” da empresa licitante.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

**DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE
e DO ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL:**

46. Ainda, a multi citada exigência também se caracteriza como ilegal porque afronta a regra do art. 37, XXI, *in fine*, da Carta Constitucional de 1988, segundo o qual **as exigências para a comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira devem situar-se no mínimo necessário à garantia do futuro contrato** e, ainda, que esta prima pelo “**PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE**”, o qual foi recepcionado pelo art. 3º e seu § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Senão vejamos:

47. Efetivamente, o Art. 37, XXI da Constituição Federal, fixa os requisitos limítrofes, máximos, de qualificação técnica e econômico-financeira, que podem ser exigidos pela Administração ao promover o certame licitatório. Assim determinando:

Art. 37, XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam condições de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifo nosso).

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

48. Aliás, a este respeito, é de bom alvitre citar, ainda, a oportuna advertência de Adilson Abreu Dallari *in* "Aspectos Jurídicos da Licitação", Ed. Saraiva, 3ª Ed., 1992, págs. 88 / 89, quando anota com felicidade que:

"a doutrina e a jurisprudência indicam que, **no tocante à fase de habilitação**, como o objetivo dessa fase é verificar se aquelas pessoas que pretendem contratar têm ou não têm condições para contratar (essa é a essência, isto é, o fundamental), **interessa para a Administração receber o maior número de proponentes, porque, quanto maior a concorrência, maior será a possibilidade de encontrar condições vantajosas.**

...

Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a Administração não pode deixar-se envolver pelo interesse de um proponente (que é adversário dos outros proponentes e está defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com **o interesse público. Este está na amplitude do cotejo, na possibilidade de verificação do maior número de propostas**". (grifos nossos).

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

49. Efetivamente, a ampliação da competitividade é princípio norteador das concorrências públicas, cuja regulamentação preceitua que as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

50. Portanto, a **COMPETITIVIDADE** é característica significativa da concorrência, porque propicia a ampliação da disputa de preços entre os interessados, que tem como consequência imediata a redução dos preços contratados.

51. **Por fim, a irregularidade aqui apontada reduz de modo injusto o universo dos virtuais interessados em licitar, aqui afrontando – também – vale repetir, a regra do Art. 37, XXI, *in fine*, da Carta Constitucional de 1988, segundo o qual as exigências para a comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira devem situar-se no mínimo necessário à garantia do futuro contrato.**

DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA e do
ART. 3º, § 1º DA LEI 8.666/93:

52. A Lei 8.666/93, no Art. 3º e § 1º, proíbe cláusulas que comprometam, frustrem ou **restringam** o caráter competitivo do procedimento licitatório. Assim:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

LEI 8.666/1993 - Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso).

53. Outrossim, segundo nos ensina o mestre Celso Antônio Bandeira de Mello em seu curso de Direito Administrativo, 4ª Edição, Editora Malheiros, pág. 245:

“O Princípio da Igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo quaisquer interessados que ofereçam as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido Art. 37, XXI do Texto Constitucional. Aliás, o Parágrafo 1º do Art. 3º do Decreto Lei Nº 2.300 e da Lei Paulistana **proíbem cláusulas que comprometem frustrem ou restrinjam o caráter competitivo do procedimento licitatório** e vedam preferências ou distinções em razão de sede ou domicílio dos licitantes”. (grifo nosso).

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

54. Também de acordo com o ilustre professor Marçal Justen Filho (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide Editora, 2ª ed., 1994):

"o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando:

- a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação;
- b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a administração;
- c) impõe requisitos desproporcionados com as necessidades da futura contratação;
- d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais".

55. Ou seja, ao impedir que as empresas apresentem o "ACERVO" do seu "RESPONSÁVEL TÉCNICO", isto ao invés dos seus "ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA", o TRE/BA restringirá, e muito, a participação dos licitantes no certame, diminuindo substancialmente a probabilidade de a administração contratar a empresa que realmente traria a proposta mais vantajosa aos cofres públicos.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

56. Repita-se, não há mais que se permitir, o esvaziamento de licitações com o objetivo de alijar empresas de reconhecida capacidade e idoneidade, por desconhecimento da Lei.

57. Aliás, a este respeito, a melhor doutrina tem o seguinte entendimento:

"o princípio do procedimento formal não significa que a administração deva ser 'formalista' a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação.

E mais adiante,

"a orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades ou documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar.

Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo". (Hely Lopes Meirelles *in* Licitação e Contrato Administrativo", RT, 10^a Ed., 1991, págs. 23/24 e pág. 127).

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

DA JURISPRUDÊNCIA:

58. Para confirmar a tese acima exposta, trazemos à colação o entendimento jurisprudencial dominante, no sentido de que é ilegal a exigência de apresentação de “Atestados de Capacidade Técnica” da empresa, isto em substituição ao “Acervo Técnico” do seu responsável legal. Senão vejamos:

Nº do Processo	REO 1998.01.00.028027-3 /MG ; REMESSA EX-OFFICIO
Relator	JUIZ JULIER SEBASTIÃO DA SILVA (CONV.) (526)
Órgão Julgador	TERCEIRA TURMA SUPLEMENTAR
Publicação	DJ 22 /10 /2001 P.786
Ementa	ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. REQUISITOS. ART. 30 DA LEI N. 8.666/93. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. DOCUMENTO QUE ATENDE À EXIGÊNCIA LEGAL. - Dispõe o art. 30 da Lei n. 8.666/93 que à documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á dentre outras, a <u>comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do edital, o que pode ser feito mediante certidão do acervo técnico.</u>

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

	- Remessa oficial improvida.
Data Decisão	03 /10 /2001
Decisão	A Turma, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial.

XXXXXXXXXX

Nº do Processo	REO 96.01.36386-6 /GO ; REMESSA EX-OFFICIO
Relator	JUIZA ASSUSETTE MAGALHÃES (248)
Relator Convocado	JUIZA MARIA JOSE DE MACEDO RIBEIRO (CONV.) (2482)
Órgão Julgador	SEGUNDA TURMA
Publicação	DJ 29 /11 /2000 P.12
Ementa	ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EDITAL. ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT. EFICÁCIA. CONFEA. CREA/GO. ILEGALIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. <u>Afigura-se ilegal</u> , a merecer correção pela via mandamental, <u>ato administrativo que determinou a inabilitação de empresa</u> em

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro, Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

	<p>procedimento licitatório de Tomada de Preços, <u>declarando a ineficácia da Certidão de Acervo Técnico - CAT para substituir o Atestado de Responsabilidade Técnica, exigido pelo edital, com o fito de comprovação da qualificação técnica,</u> em face do entendimento esposado pelo órgãos competentes, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA e Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura Estado de Goiás - CREA/GO, no sentido da <u>possibilidade e legalidade da substituição.</u></p> <p>3. Segurança concedida.</p> <p>4. Remessa Oficial improvida.</p>
Data Decisão	16 /10 /2000
Decisão	<p>À unanimidade, negou provimento à Remessa Oficial. Participaram do Julgamento os(as) Exmos(as) Sr.(as) Juízes CARLOS MOREIRA ALVES e ANTONIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES. Ausente, por motivo de Licença Prêmio por Assiduidade, o Exmo. Sr. Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN.</p>
Ref. Leg.	<p>LEG:FED LEI:008666 ANO:1993 ART:00003 ART:00027 ART:00030 INC:00001</p> <p>ART:00041</p>

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

XXXXXXXXXX

Nº do Processo	AMS 1997.01.00.042447-0 /DF ; APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
Relator	JUIZ EVANDRO REIMÃO DOS REIS (CONV.) (518)
Órgão Julgador	TERCEIRA TURMA SUPLEMENTAR
Publicação	DJ 06 /05 /2002 P.112
Ementa	<p>MANDADO DE SEGURANÇA – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRA – INCLUSÃO DE CLÁUSULA QUE PREVÊ SOMENTE A APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM NOME DA LICITANTE, DESCONSIDERANDO OS TÉCNICOS QUE NELA ATUAM – ILICITUDE – IMPOSSIBILIDADE DE ATENDER A PRETENSÃO POSTA EM JUÍZO EM RAZÃO DE TER SIDO ULTIMADO DE HÁ MUITO O CERTAME – EXTINÇÃO.</p> <p>1. É ilegal a cláusula prevista em certame licitatório para realização de obra que prevê só a apresentação de atestado de capacidade técnica em nome da empresa participante,</p>

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

	<p><u>desconsiderando o acervo técnico dos profissionais que a integra.</u></p> <p>(Resolução CONFEA nº 317/86). Inteligência do artigo 30, § 1º, letra b, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>2. Se o decurso do tempo tornou impossível o atendimento da pretensão posta na vestibular, aplica-se o disposto no artigo 462, do Código de Processo Civil, extinguindo-se a demanda por desaparecimento do interesse processual (perda de objeto), ante a inutilidade do provimento.</p> <p>3. Processo extinto. Apelação prejudicada.</p>
Data Decisão	19 /09 /2001
Decisão	A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a apelação e extinto o processo. Participaram do Julgamento os Exmos Sr. Juízes DANIEL PAES RIBEIRO e LEÃO APARECIDO ALVES (CONV.).

DE DECISÃO EM CASO IDÊNTICO:

59. A fim de trazer luzes a presente “IMPUGNAÇÃO AO EDITAL”, trazemos a colação de decisão – EM CASO IDÊNTICO - proferida pelo M. M. Juízo da 3ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária de Salvador, no bojo da

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

“AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 41497-03.2012.4.01.3300”, aonde este assim decidiu:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA

Proc. n. 41497-03.2012 Fl.

AUTOS Nº 41497-03.2012.4.01.3300
CLASSE 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: ATENTO BAHIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
RÉ: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ASSISTENTE SIMPLES DA RÉ: VIPAC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

SENTENÇA Nº 314/2013 – TIPO A
(RESOLUÇÃO CJF Nº 535, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006)

I - RELATÓRIO

1. **ATENTO BAHIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, pessoa jurídica regularmente qualificada e representada nos autos, ajuíza a presente Ação Ordinária, com pedido liminar, contra a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, objetivando, em sede de provimento definitivo, seja declarada a ilegalidade da exigência constante do item 8.1.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 154/7075-2012 – de modo a permitir-lhe a comprovação de aptidão por meio de atestado de responsabilidade técnica emitido em nome da sua responsável técnica –, adjudicando-se em seu favor o respectivo objeto.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

III - DISPOSITIVO

19. Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, apenas para declarar a ilegalidade da exigência contida no item 8.1.4 do edital do Pregão Eletrônico nº 154/7075-2012, assegurando à autora, por consequência, o direito de comprovar a sua capacidade técnica-profissional por meio do acervo da sua responsável técnica.

Salvador/BA, 26 de setembro de 2013.

ARNALDO PEREIRA ANDRADE SEGUNDO
Juiz Federal Substituto

DO DIRECIONAMENTO DO CERTAME:

60. **Efetivamente a restrição de apresentação de “ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA” – referente à EMPRESA LICITANTE” – excluindo-se a possibilidade da apresentação do “ACERVO TÉCNICO” concernente ao PROFISSIONAL” - se caracteriza como exigência que RESTRINGIRÁ enormemente a participação de empresas interessadas e DIRECIONARÁ o certame a um**

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

reduzidíssimo número de empresas, o que virá a impedir que a Administração Pública contrate com empresa que, efetivamente, oferte uma “Proposta de Preços” vantajosa aos cofres públicos.

**DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA
MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS NA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO**

61. O Edital, em seu Item 2.1.7, “b” assim exige:

SEÇÃO XII- DA HABILITAÇÃO

12.1.7. Qualificação técnica:

b) Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação;

62. Veja-se que, de acordo com o “PRINCÍPIO DA LEGALIDADE” – que é um dos Princípios basilares do processo licitatório – o Edital deva respeitar as NORMAS que o complementam, ainda que não transcritas no seu bojo.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

63. Perceba-se, ainda que – no artigo concernente às exigências de “QUALIFICAÇÃO TÉCNICA” – a Lei 8.666/93 exige expressamente e a seguinte documentação:

Art. 30 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 5º - É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação. (grifos nossos).

64. Ora, NÃO havendo qualquer LEI ESPECIAL que determine que as empresas licitantes devam comprovar que tenham executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, tal exigência torna-se ILEGAL por – não possuir RESPALDO LEGAL - afronta ao “PRINCÍPIO DA LEGALIDADE”.

65. Ainda a respeito do “Princípio da Legalidade”, nos ensina Celso Antônio Bandeira de Mello que:

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

“Michel Stassinopoulos, em formula sintética e feliz, esclarece que além de não poder atuar contra legem ou praeter legem, a Administração só pode agir secundum legem. Aliás, no mesmo sentido é a observação de Alessi, ao averbar que a função administrativa se subordina à legislativa não apenas porque a lei pode estabelecer proibições e vedações à administração, mas também porque esta só pode fazer aquilo que a lei antecipadamente autoriza”. (grifo nosso).

DO PRINCÍPIO DA FINALIDADE:

66. Veja-se que “PRINCÍPIO DA FINALIDADE” também foi atingido, pois, segundo este princípio, **o que explica, justifica e confere sentido a uma norma é precisamente a finalidade que a anima**, ou seja, corresponde a aplicação da lei **na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada**.

67. Note-se que a Impugnante será **inabilitada na licitação em epígrafe exatamente em razão de uma exigência ilegal e manifestamente desprovida de razoabilidade**.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

68. Sem sombra de dúvidas, resta evidenciado que foi ferido o “PRINCÍPIO DA FINALIDADE”, ainda mais quando o TER/BA não demonstrou de maneira CLARA e OBJETIVA – como exige o “PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS” - argumentos plausíveis e fundamentados que justifiquem a exigência de comprovação de que as empresas licitantes tenham executado serviços compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, isto ao invés de período não inferior a 2 (dois) ou 01 (um) ano, isto uma vez que o Contrato a ser licitado terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, ou NÃO, de acordo com o interesse da administração e a conveniência do Contratado.

**DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA e do
ART. 3º, § 1º DA LEI 8.666/93:**

69. Ao se impedir que as empresas que não possuam 03 (três) anos no mercado participem do certame, o TER/BA RESTRINGIRÁ, e muito, a participação dos licitantes no certame, diminuindo substancialmente a probabilidade de a administração contratar a empresa que realmente traria a proposta mais vantajosa aos cofres públicos, que é o principal objetivo do certame.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

70. E, não há mais que se permitir, o esvaziamento de licitações com o objetivo de alijar empresas de reconhecida capacidade e idoneidade, como o caso da Impugnante, por desconhecimento da Lei.

71. Veja-se que, de acordo com o “PRINCÍPIO DA LEGALIDADE” – que é um dos Princípios basilares do processo licitatório – o Edital deve respeitar as NORMAS que o complementam, ainda que não transcritas no seu bojo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

72. Resta indubitavelmente comprovado que o Ato Convocatório do “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020”, está eivado dos vícios apontados ao longo deste petitório, urgindo que este douto Pregoeiro o retifique a fim de que o certame retome os trilhos da legalidade, tudo para se evitar que o erário venha a despender dinheiro em contratação ILEGAL porque embasada em Edital NULO.

73. Veja-se que, segundo a boa doutrina, o Edital de licitação é o ato formalmente administrativo por cujo meio a Administração torna público o seu propósito de licitar um determinado objeto, nele estabelecendo os requisitos exigidos para a habilitação dos licitantes, a elaboração e a avaliação das respectivas propostas, fixando, demais disso, as cláusulas e condições do futuro contrato. Ou seja, consiste, portanto, o Edital no documento fundamental da licitação, por isso que se afirma que ele é a “lei interna do certame”.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

74. Por fim, urge trazer a lume a lição do respeitável jurista Marçal Justen Filho, em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Ed. Dialética, 5ª Edição, Pág. 363, que assim diz:

"A grande maioria dos problemas práticos ocorridos em licitações deriva da equivocada elaboração do ato convocatório.

Não seria exagero afirmar que os equívocos na elaboração dos editais constituem-se em fatores muito mais prejudiciais do que as complexidades ou defeitos da Lei".

DO PEDIDO:

75. Ante tudo o quanto aqui exposto, requer a **“POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI”** a este douto Pregoeiro - **que sempre zelou pelo rigor e legalidade das Licitações promovidas pelo TRE/BA** - que seja a presente **“IMPUGNAÇÃO AO EDITAL”** inteiramente provida para, em termos finais:

a) ser excluída a exigência da comprovação de “Patrimônio Líquido” e de “Capital Circulante” no percentual de 16,66% do valor ofertado pela licitante para os 12 meses de prestação dos serviços, ano não eleitoral para participação no certame, isto em relação aos licitantes que venham a comprovar a saúde financeira da empresa por meio da comprovação de possuir “ÍNDICES FINANCEIROS” $\geq 1,00$;

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

b) possam as partícipes do certame comprovar a sua capacidade técnica por meio da apresentação dos “ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA LICITANTE”, OU, por meio do “ACERVO TÉCNICO” dos seus respectivos “RESPONSÁVEIS TÉCNICOS” e

c) ser excluída a exigência da comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação, isto uma vez que não previsão legal que respalde tal exigência.

76. Outrossim, caso este r. Pregoeiro, após detida análise das razões aqui apresentadas, decida manter o insanável vício constante do Ato Convocatório do “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020”, seja a presente “Impugnação ao Edital” encaminhada à instância hierarquicamente superior, para que este tome conhecimento desta e, ainda, promova o seu julgamento para, ao final, deferir o pedido da presente Impugnação.

77. Por fim, tempestiva a presente promoção, se requer que este respeitável Pregoeiro que a receba como recurso, *ex-vi legis*, inclusive atribuindo-lhe efeito suspensivo, a fim de evitar o prosseguimento do certame, uma vez que baseado em Edital nulo porque eivado de vício, o que acarretaria a violação de direitos subjetivos dos interessados, que haverão de ser respeitados.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

Termos em que,
Pede deferimento.

Feira de Santana, 04 de fevereiro de 2020.


**POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E
SERVIÇOS EIRELI**
- Representante Legal -

DOCUMENTOS ACOSTADOS:

1. Contrato Social da Impugnante;
2. RG do representante legal da Empresa/Impugnante;
3. CNPJ da Impugnante;
4. Índices Financeiros da Impugnante;
5. Acervo do Responsável Técnico da empresa impugnante;
6. Comprovação do Vínculo empregatício do Responsável Técnico com a empresa impugnante e
7. Liminar Proferida pelo M. M. Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Salvador;

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

8. Liminar Proferida pelo M. M. Juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Salvador;

9. Liminar Proferida pelo M. M. Juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Salvador;

10. Sentença proferida no bojo da “AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 41497-03.2012.4.01.3300”.

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103, Centro,
Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512

**ATO DE ALTERAÇÃO Nº 2 E CONSOLIDAÇÃO DA
POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI**

CNPJ nº 32.287.420/0001-97

EMANOEL MELHOR RIBEIRO, brasileiro, nascido em 24/12/1962, divorciado, empresário, CPF nº 359.599.675-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0252823109, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado na Avenida Germano, 67-B, Massaranduba, Salvador, BA, CEP 40.435-020 - Brasil.

Titular da empresa de nome POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600346891, com sede Avenida Santos Dumont, 4487, Sala 259 e 260, Recreio Ipitanga Lauro de Freitas, BA, CEP 42700170, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 32.287.420/0001-97, delibera e ajusta a presente alteração, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à Rua Professor Leonídio Rocha, 383, Edif. Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala 103, Centro, Feira de Santana, BA, CEP 44.001-512 - Brasil.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social passa a ser FEIRA DE SANTANA - BAHIA.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o ato constitutivo, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

EMANOEL MELHOR RIBEIRO, brasileiro, nascido em 24/12/1962, divorciado, empresário, CPF nº 359.599.675-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0252823109, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado na Avenida Germano, 67-B, Massaranduba, Salvador, BA, CEP 40.435-020 - Brasil.

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de nome POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600346891, com sede 29600346891, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 32.287.420/0001-97, delibera e ajusta a presente consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Req: 81900001004866

Página 1



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97900892 em 12/09/2019

Protocolo 195795261 de 11/09/2019

Nome da empresa POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI NIRE 29600346891

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 138196695805850

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

12/09/2019



ASSINADO DIGITALMENTE POR: 35959967553-EMANOEL MELHOR RIBEIRO
<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4B1X078PLZJ7ZUMK-4Lhw&chave2=BT-06acCpMpeIH2nHncfRg>

**ATO DE ALTERAÇÃO Nº 2 E CONSOLIDAÇÃO DA
POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI**

CNPJ nº 32.287.420/0001-97



CLÁUSULA PRIMEIRA - A empresa gira sob o nome empresarial **POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI**, e tem sede na Rua Professor Leonídio Rocha, 383, Edif. Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala 103, Centro, Feira de Santana, BA, CEP 44.001-512 - Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social é de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), já integralizado e subscrito em moeda corrente do País, conforme art. 980-A, CC/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA - A empresa tem como objeto social:

SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, RECEPCIONISTA, ATENDENTE, BALCONISTA, CAIXA, DIGITADOR, MONITOR, OPERADOR DE TELEMARKEETING, OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO, GERENTE, SECRETARIA EXECUTIVA, ASSISTENTE OPERACIONAL, ASSISTENTE JUNIOR, TELEFONISTA E MENSAGEIRO, LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS, ATIVIDADES DE LIMPEZA DE TRATAMENTO DE PISCINAS, ATIVIDADES DE LIMPEZA ESPECIALIZADA COM A LIMPEZA DE CHAMINÉS, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR, ATIVIDADE DE LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, ATIVIDADE DE LIMPEZA EM TRENS, ÔNIBUS E EMBARCAÇÕES, ATIVIDADE DE LIMPEZA DO INTERIOR DE TANQUES MARÍTIMOS, ATIVIDADE DE LIMPEZA DE GARRAFAS, ATIVIDADE DE LIMPEZA DE RUAS, ATIVIDADE DE LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA E CAIXAS DE GORDURA, SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA, SERVIÇOS DE MALOTE NÃO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL, LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR, SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA E SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS.

CLÁUSULA QUARTA - A empresa iniciou suas atividades em 19/12/2018 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - A administração e o uso da denominação da EIRELI é exercida integralmente por EMANOEL MELHOR RIBEIRO, titular da empresa, com plenos poderes de gestão.

CLÁUSULA SEXTA - A Responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

CLÁUSULA SETIMA - Declara o titular que não possui nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

CLÁUSULA OITAVA - O Administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que

Req: 81900001004866

Página 2



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97900892 em 12/09/2019

Protocolo 195795261 de 11/09/2019

Nome da empresa POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI NIRE 29600346891

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 138196695805850

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

12/09/2019

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4B1X078PLZJ7vZUMk-4LhW&chave2=BT-06aCpMpeIH2nHncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 35959967553-EMANOEL MELHOR RIBEIRO

**ATO DE ALTERAÇÃO Nº 2 E CONSOLIDAÇÃO DA
POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI**

CNPJ nº 32.287.420/0001-97



temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA NONA - O exercício social encerra em coincidência com o encerramento do ano civil.

CLÁUSULA DECIMA - Fica eleito o foro de Feira de Santana - Bahia, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Nesses termos, o titular firma o presente ato constitutivo em 01 (uma) via.

Feira de Santana - Bahia, 05 de Setembro de 2019.

EMANOEL MELHOR RIBEIRO
REPRESENTANTE LEGAL

<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4B1X078PLZJ7vZUMk-4Lhw&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nIncFRg>
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 35959967553-EMANOEL MELHOR RIBEIRO

Req: 81900001004866

Página 3



Junta Comercial do Estado da Bahia

12/09/2019

Certifico o Registro sob o nº 97900892 em 12/09/2019

Protocolo 195795261 de 11/09/2019

Nome da empresa POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI NIRE 29600346891

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 138196695805850

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

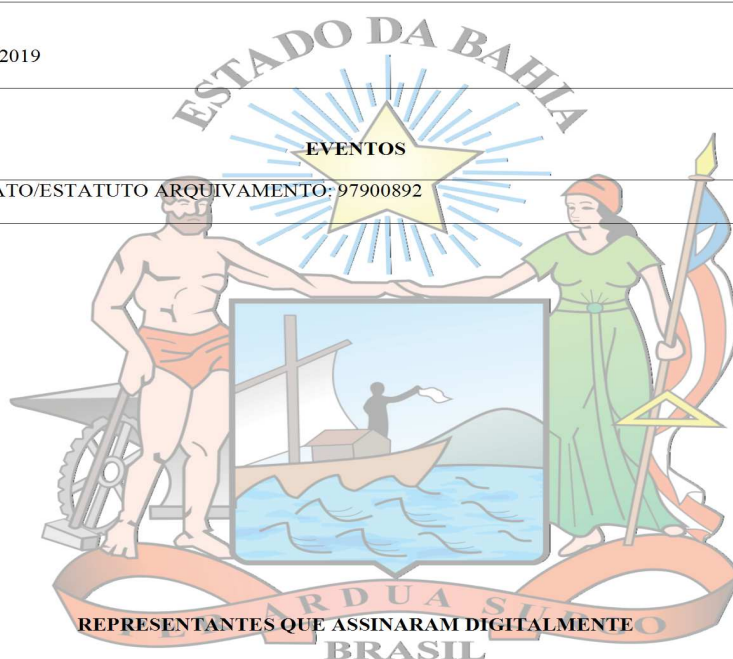
**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
PROTOCOLO	195795261 - 11/09/2019
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29600346891
CNPJ 32.287.420/0001-97
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2019

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 97900892



Cpf: 35959967553 - EMANOEL MELHOR RIBEIRO

Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

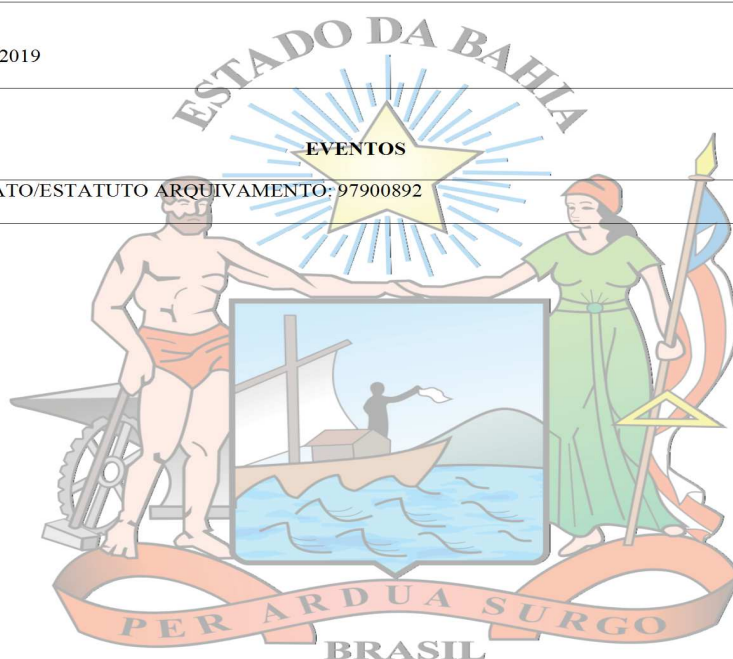
**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
PROTOCOLO	195795261 - 11/09/2019
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29600346891
CNPJ 32.287.420/0001-97
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2019

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 97900892



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

NÃO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS DREG & SOUS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 02.528.231-09 DATA DE EXPEDIÇÃO 04-09-2019

NOME EMANOEL MELHOR RIBEIRO

FILIAÇÃO ADEMARIO DA SILVA RIBEIRO
MARIA DAMIANA DE JESUS MELHOR

NATURALIDADE NAZARÉ BA DATA DE NASCIMENTO 24-12-1962

DOC ORIGEM C.CAS. CM SALVADOR BA DS
PENHA LV 8 FL 600 RT 600

CPF 359.599.675-53

Assinatura do Titular

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS DREG & SOUS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.287.420/0001-97 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/12/2018
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 53.20-2-01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional 53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári
--

LOGRADOURO R PROFESSOR LEONIDIO ROCHA	NÚMERO 383	COMPLEMENTO EDIF ROSA DE SHARON ANDAR 1 SALA 103
---	----------------------	--

CEP 44.001-512	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FEIRA DE SANTANA	UF BA
--------------------------	----------------------------------	--------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO EMPREENDIMENTOSPOTENCIAL@GMAIL.COM	TELEFONE (75) 3024-5096 / (71) 8121-9332
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/12/2018
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/10/2019** às **12:20:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

DECLARAÇÃO DE ÍNDICES

Declaro para os devidos fins, que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo especificados, foram extraídos do Balanço Patrimonial do ano de 2018, já exigível da Empresa **POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI**, utilizando-se as fórmulas de cálculo constantes do Edital:

→ ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

$$ILC = \frac{109.753,00}{300,00} = 345,84$$

→ ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC - (RECEITAS DIFERIDAS - CUSTOS DIFERIDOS)}$$

$$ILG = \frac{109.753,00}{300,00} = 345,84$$

→ ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL

$$ET = \frac{PC + ELP}{AT}$$

$$ET = \frac{300,00}{109.753,00} = 0,003$$

Atenciosamente,


Edwilson G. de Aguiar
Contador CRC-BA/028826/O-2
CPF: 871.336.805-04

ACERVO TÉCNICO
PROFISSIONAL

EVARISTO FERNANDES
CRA/BA 2116

POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 32.287.420/0001-97

Telefone: (75) 3024-4096

E-mail: empreendimentospotencial@gmail.com

Sede: Rua Professor Leonidio Rocha, Nº 383, Edifício Rosa de Sharon, 1º Andar, Sala: 103,
Centro, Feira de Santana - BA - CEP 44.001-512



Ministério da Fazenda
Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Superintendência de Administração na Bahia
Av. Frederico Pontes, s/n, Comércio, Edifício-Sede/MF, 7º andar -
Salvador-BA, CEP 40015973 Telefone: (71)3254-5129 Fax: (71) 3254-5133
Email: drl.ba.samf@fazenda.gov.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA EIRELI – EPP, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, Edf. Empresarial Diamante, nº 159, Salas: 203, 204 e 205 – Centro, Lauro de Freitas-BA, CEP: 42.700-000, inscrita no CNPJ: 01.851.688/0001-86 e Contrato Social registrado na JUCEB sob NIRE nº 29201808301, vem prestando serviços de mão de obra terceirizada, conforme especificações a seguir:

Serviço/Quantidade:

CATEGORIA	QUANT. PESSOAS
RECEPCÃO III	27
RECEPCÃO VI	10
LAVADOR DE CARRO	1
MOTORISTA	4

Início de Serviço: 01 de julho de 2016

Número do Contrato: 10/2016

Valor do Contrato Mensal: R\$ 138.717,77

Valor do Contrato Global: R\$ 1.664.613,24 (Um milhão seiscientos e quarenta e quatro mil seiscientos e treze reais e vinte e quatro centavos).

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações contratuais assumidas.

Salvador-BA, 04 de outubro de 2016

Silvana T. A. Costa
Silvana Tereza Araújo Costa
Gerente de Recursos Logísticos

0394460/0006-56
Superintendência de Administração do Estado da Bahia

Av. Frederico Pontes, s/nº
CEP 40.460-000
SALVADOR-BAHIA

Evaristo Fernandes
EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116



RCA 252/16

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DA BAHIA - CRA/BA.**

O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO
é parte integrante da Certidão.

Nº 1782, de 07/11/2016.

expedido por este Conselho.

Salvador, 07/11/2016.

Adm. Gerson da Silva Dias

Chefe Setor de Fiscalização e Registro

CRA/BA 003.018

Conselho Regional de Administração de Sergipe
A presente CERTIDÃO / ATESTADO é nesta data visada
pelo CRA / SE para fins de apresentação em
licitações no âmbito do Estado de Sergipe
Aracaju - SE 0310217

Admª Cynthia Regina Santana Alves
Fiscal

CRA-SE nº 2388-01

RCA – Registro de Comprovação de Aptidão - PJ

 <p>CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO CRA-BA</p> <p>Sr.(a) Presidente,</p> <p>Por meio deste, venho solicitar Registro de Comprovação de Aptidão do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica com as especificações abaixo relacionadas.</p>	PREENCHIMENTO PELO CRA-BA	RCA Nº: 252/16
		DATA: 07.11.2016
		Edmaria Jee
		Ass. do Funcionário

CONTRATADA	Nome da Empresa/Órgão:		CNPJ	CRA-BA Nº:	
	OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA		01.851.688/0001-86	03209	
	Endereço		Bairro		
	Avenida Amarílio Thiago dos Santos, nº 159, Edifício Empresarial Diamante Salas 203, 204 e 205		Centro		
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Lauro de Freitas	42.700-000	Bahia

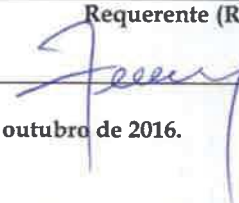
RESP. TÉCNICO	Nome do Responsável Técnico		CPF	CRA-BA Nº:	
	Evaristo Fernandes		006.898.235-68	2116	
	Endereço		Bairro		
	Jardim Belvedere - nº 98		Bonfim		
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Salvador	42.700-000	Bahia

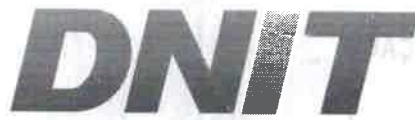
CONTRATANTE	Nome da Empresa/Órgão		CNPJ		
	MINISTÉRIO DA FAZENDA		00.394.460/0006-56		
	Endereço		Bairro		
	Av. Frederico Pontes, s/n, Edif-Sede/MF, 7º Andar - Salvador/Bahia		Comércio		
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71) 3254-5129	(71) 3254-5133	SALVADOR	40015973	BAHIA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Descrição dos Serviços: O	
	27 (VINTE E SETE) POSTOS SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA III 10 (DEZ) POSTO DE SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA VI 01 (UM) POSTO DE SERVIÇOS DE LAVADOR DE CARRO 04 (QUATRO) POSTO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA	
	Observações:	
	Valor do Serviço: 1.664.613,24 (hum milhão seiscentos e sessenta e quatro mil seiscentos e treze reais e vinte e quatro centavos).	Vigência do Contrato: 01.07.2016 até 30.06.2017

DOCUMENTOS APRESENTADOS JUNTAMENTE COM O ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) CONTRATO () NOTA FISCAL () ORDEM DE SERVIÇO () NOTA DE EMPENHO

ASSINATURAS	Requerente (Responsável Técnico pela empresa)	
	Assinatura: 	EVARISTO FERNANDES RESPONSÁVEL TÉCNICO CRA/BA Nº 2116
	Lauro de Freitas - BA, 25 de outubro de 2016.	CRA-BA Nº: 2116



DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
Superintendência Regional no Estado da Bahia
CNPJ: 04.892.707/0019-30

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA E SERVIÇOS EIRELI - ME**, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, Edf. Empresarial Diamante, nº 159, Salas: 203, 204 e 205 - Centro, Lauro de Freitas-Ba, CEP: 42.700-000, inscrita no CNPJ: 01.851.688/0001-86 e Contrato Social registrado na JUCEB sob NIRE nº 29201808301, vem prestando serviços de mão de obra terceirizada, conforme especificações a seguir:

Serviço/Quantidade:

DESCRIÇÃO DOS POSTOS	Nº DE POSTOS
Motorista (44 Horas)	12
Recepcionista IV (44hs)	09
Recepcionista VI (44hs)	04
Vigia Noturno (12x36)	10
Zelador diurno (12x36)	10
Auxiliar de Arquivos (44hs)	01

Número do Contrato: SR/05-00167/2016

Data de Início: 17 de Março de 2016

Prazo para execução: 12 (doze) meses

Valor anual do contrato: R\$ 2.265.945,40 (dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações contratuais assumidas.

Salvador - Bahia, 05 de Janeiro de 2017.

Amauri Sousa Lima
Superintendente Regional no Estado da Bahia

EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116



Ministério dos
Transportes, Portos
e Aviação Civil

Governo
Federal

Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1225, Edifício Civil Towers, Torre Nimbus, salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302, Bairro do Stiep, Salvador, Bahia | Tel: (71) 3501-6601

RCA Nº 044/17

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DA BAHIA - CRA/BA.

O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO
é parte integrante da Certidão.

Nº 676/2017, de 13 / 03 / 2017.

expedida por este Conselho.


Salvador, 13 / 03 / 2017.

Adm. Gerson da Silva Dias

Chefe Setor de Fiscalização - Registro

CRA/BA - 5.018

RCA – Registro de Comprovação de Aptidão - PJ

 <p>CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO CRA-BA</p> <p>Sr.(a) Presidente.</p> <p>Por meio deste, venho solicitar Registro de Comprovação de Aptidão do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica com as especificações abaixo relacionadas.</p>	PREENCHIMENTO PELO CRA-BA	RCA Nº:	044/17
		DATA:	13.03.2017
		Ricardo Sena Maciel Assistente Administrativo I	
		Ass. do Funcionário	

CONTRATADA	Nome da Empresa/Órgão:		CNPJ	CRA-BA Nº:
	OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA		01.851.688/0001-86	03209
	Endereço		Bairro	
	Avenida Amarílio Thiago dos Santos, nº 159, Edifício Empresarial Diamante Salas 203, 204 e 205.		Centro	
Fone	Fax	Cidade	CEP 42.700-000	UF
(71)3386-0663	(71)3386-0663	Lauro de Freitas		Bahia

RESP. TÉCNICO	Nome do Responsável Técnico		CPF	CRA-BA Nº:
	Evaristo Fernandes		006.898.235-68	2116
	Endereço		Bairro	
	Rua Baden Powell - nº 8		Bonfim	
Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
(71)3386-0663	(71)3386-0663	Salvador	40.415-115	Bahia

CONTRATANTE	Nome da Empresa/Órgão		CNPJ	
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT		04.892.707/0019-30	
	Endereço		Bairro	
	Rua Arthur de Azevedo Machado - 1225		Stiep	
Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
(71) 3501-6600	(71) 3501-6600	Salvador	40.770-790	Bahia

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA:	
	DESCRIÇÃO DOS POSTOS	Nº DE POSTOS
	Motorista (44 Horas)	12
	Recepcionista IV (44hs)	09
	Recepcionista VI (44hs)	04
	Vigia Noturno (12x36)	10
	Zelador diurno (12x36)	10
	Auxiliar de Arquivos (44hs)	01
	Observações:	
	Valor do Serviço: 2.265.945,40 (Dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).	Vigência do Contrato: 17.03.2016 até 16.03.2017

DOCUMENTOS APRESENTADOS JUNTAMENTE COM O ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) CONTRATO () NOTA FISCAL () ORDEM DE SERVIÇO () NOTA DE EMPENHO

ASSINATURAS	Requerente (Responsável Técnico pela empresa)
	Assinatura: _____ CRA-BA Nº: 2116
	Lauro de Freitas - BA, 17 de Janeiro de 2017

EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS DE GUANAMBI**

Distrito de Ceraíma, s/n – Zona Rural - Cx Postal 09 - CEP: 46430000 – Guanambi/BA
E-mail: licitacoes@guanambi.ifbaiano.edu.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA EIRELI – EPP**, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, nº 159, Edf. Empresarial Diamante, Sala 203, 204 e 205 – Centro, Lauro de Freitas-BA, CEP: 42.700-000, inscrita no CNPJ: 01.851.688/0001-86 e Contrato Social registrado na JUCEB sob NIRE nº 29201808301, vem prestando serviços de Conservação, Limpeza, conforme especificações a seguir:

Serviço/Quantidade: 12 (doze) postos 44 horas de serviços de conservação e limpeza com fornecimento de materiais de limpeza.

Contrato nº: 11/2015.

Data de Início: 01 de julho de 2015.

Prazo para Execução: 2º Termo Aditivo vigente, com data de término em 31/12/2016.

Valor mensal do Contrato: R\$ 27.969,50 (Vinte e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações contratuais assumidas.

Guanambi/BA, 26 de Setembro de 2016.

RCA Nº 270/16
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DA BAHIA - CRA / BA.**

O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO
é parte integrante da Certidão.
Nº 1804, de 06/12/2016
expedida por esse Conselho.

Salvador, 06/12/2016.

Adm. Gerson da Silva Dias
Chefe Setor de Fiscalização e Registro
CRA-BA nº 5.018

[Assinatura]
Roberto Carlos Santana Lima
DIRETOR GERAL

INSTITUTO FEDERAL BAIANO-CAMPUS GUANAMBI
CNPJ 10.724.903/0004-11

Nivaldo Moreira Carvalho
Diretor Geral Substituto
Portaria nº 94, de 29/01/2016
O.U. de 01/02/2016


[Assinatura]
EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116

Conselho Regional de Administração de Sergipe
A presente CERTIDÃO/ATESTADO é nesta data visada
pelo CRA / SE para fins de apresentação em
licitações no âmbito do Estado de Sergipe
Aracaju - SE 031.02117

Admª Cynthia Regina Santana Alves
Fiscal
CRA-SE nº 2368-01

ONTARIO HIGHWAY 10 IN 1910 - CHILMARK
1911-1912

RCA – Registro de Comprovação de Aptidão - PJ

 <p>CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO CRA-BA</p> <p>Sr.(a) Presidente,</p> <p>Por meio deste, venho solicitar Registro de Comprovação de Aptidão do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica com as especificações abaixo relacionadas.</p>	PREENCHIMENTO PELO CRA-BA	RCA Nº:
		DATA:
		Ass. do Funcionário

CONTRATADA	Nome da Empresa/Órgão:		CNPJ	CRA-BA Nº:
	OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA		01.851.688/0001-86	03209
	Endereço		Bairro	
	Av. Amarilio Thiago dos Santos, nº 159 – Salas 203, 204 e 205		Centro	
	Fone UF	Fax	Cidade	CEP
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Lauro de Freitas	Bahia


RESP. TÉCNICO	Nome do Responsável Técnico		CPF	CRA-BA Nº:	
	Evaristo Fernandes		006.898.235-68	2116	
	Endereço		Bairro		
	Jardim Belvedere - nº 98		Bonfim		
	Fone UF	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Salvador	42.700-000	Bahia

CONTRATANTE	Nome da Empresa/Órgão		CNPJ		
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - BAIANO		10.724.903/0004-11		
	Endereço		Bairro		
	DISTRITO DE CERAÍMA		ZONA RURAL		
	Fone UF	Fax	Cidade	CEP	UF
	(77)3493-2100	(77) 3493-2099	GUANAMBI	46430-000	BAHIA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Descrição dos Serviços:	
	11 (onze) postos 44 horas de serviços de conservação e limpeza com fornecimento de materiais de limpeza.	
	Observações:	
	Valor do Serviço: R\$ 481.120,32 (quatrocentos e oitenta e um mil cento e vinte reais e trinta e dois centavos).	Vigência do Contrato: 01.07.2015 até 31.12.2016

DOCUMENTOS APRESENTADOS JUNTAMENTE COM O ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) CONTRATO () NOTA FISCAL () ORDEM DE SERVIÇO () NOTA DE EMPENHO

ASSINATURAS	Requerente (Responsável Técnico pela empresa)	
	Assinatura: _____	CRA-BA Nº _____
	Lauro de Freitas - BA, 19 de setembro de 2016	 EVARISTO FERNANDES RESPONSÁVEL TÉCNICO CRA/BA Nº 2116



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA
BR 349 - Km 14 – Zona Rural - Caixa Postal 34 - CEP: 47600.000 - Bom Jesus da Lapa – BA
E-mail: gabinete@lapa.ifbaiano.edu.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA EIRELI – ME**, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, nº 159, Edf. Empresarial Diamante, Salas 203, 204 e 205 - Centro, Lauro de Freitas-Ba, CEP: 42.700-000, inscrita no CNPJ 01.851.688/0001-86, e Contrato Social registrado na JUCEB sob o NIRE nº 29201808301, vem prestando serviços de Conservação, Limpeza e Apoio Administrativo para esta Instituição, desde 11 de maio de 2015, conforme especificado abaixo:

Serviço/Quantidade

01 (um) posto 44 horas de serviços de Recepção
06 (seis) postos 44 horas de serviços de Limpeza e Conservação


EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116

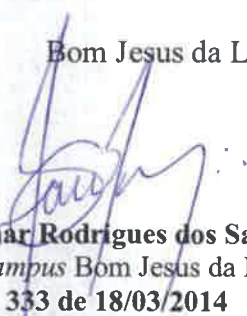
Valor mensal do contrato: R\$ 18.149,21 (dezoito mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e um centavos)

Atestamos ainda que os referidos serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações contratuais assumidas.

RCA 250116

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA - CRA/BA.	
O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO é parte integrante da Certidão.	
Nº <u>1730</u>	de <u>07/11/2016</u>
expedida por este Conselho	
Salvador, <u>07/11/2016</u>	Prof. D.Sc. Ariomar Rodrigues dos Santos
Adm. Gerson da Silva Dias	Diretor Geral – Campus Bom Jesus da Lapa
Chefe Setor de Fiscalização e Registro	Portaria nº 333 de 18/03/2014
CRA/BA Nº 5.111	Publicada no DOU 19/03/2014

Bom Jesus da Lapa – Bahia, 28 de junho de 2016.




Conselho Regional de Administração de Sergipe
A presente CERTIDÃO/ATESTADO é nesta data visada
pelo CRA / SE para fins de apresentação em
licitações no âmbito do Estado de Sergipe
Aracaju - SE 031.021.8



Admª Cynthia Regina Santana Almeida
Fiscal
CRA-SE nº 2368-01

RCA – Registro de Comprovação de Aptidão - PJ

 <p>CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO CRA-BA</p> <p>Sr.(a) Presidente,</p> <p>Por meio deste, venho solicitar Registro de Comprovação de Aptidão do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica com as especificações abaixo relacionadas.</p>	<p>PREENCHIMENTO PELO CRA-BA</p>	RCA Nº:	250116
		DATA:	07.11.2016
		<p><i>Eliana J. J. J.</i></p>	
		<p>Ass. do Funcionário</p>	

CONTRATADA	Nome da Empresa/Órgão:		CNPJ		CRA-BA Nº:
	OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEM.		01.851.688/0001-86		3209
	Endereço			Bairro	
	AV. AMARILIO THIAGO DOS SANTOS, 159 ED. EMP. DIAMANTE			CENTRO	
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3386.0663	-	LOURS DE FREITAS	42700-000	BA

RESP. TÉCNICO	Nome do Responsável Técnico		CPF		CRA-BA Nº:
	EVARISTO FERNANDES		006.898.235-68		2116
	Endereço			Bairro	
	JARDIM BELVEDERE, n° 98			BONFIM	
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3386.0663	-	SALVADOR	40415-105	BA

CONTRATANTE	Nome da Empresa/Órgão		CNPJ		
	INST. FEDERAL DE EDU. CIÊNCIA E TEC. BAIANO - C. B. JESUS DA LAPA		10.724.903/0006-83		
	Endereço			Bairro	
	BR 349 KM 14 CAIXA POSTAL 34.910			ZONA RURAL	
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(77)3481.3210	-	B. JESUS DA LAPA	47600-000	BA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Descrição dos Serviços:		
	01 - (um) posto 44 hs de serviços de Recepção		
	06 - (seis) postos 44 hs de serviços de Limpeza e Conservação		
	Observações: REFERENTE AO CONTRATO Nº 02/2013 E SEU PRIMEIRO TERMO ADITIVO		
	Valor do Serviço:	R\$ 18.349,21 Mensal	Vigência do Contrato:

DOCUMENTOS APRESENTADOS JUNTAMENTE COM O ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

() CONTRATO () NOTA FISCAL () ORDEM DE SERVIÇO () NOTA DE EMPENHO

ASSINATURAS	Requerente (Responsável Técnico pela empresa)	
	Assinatura:	CRA-BA Nº: 2116
	EVARISTO FERNANDES	
	Cidade: LOURS DE FREITAS, BA	Data: 08 DE NOVO DE 2016

Em Liquidação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ nº 01.851.688/0001-86, localizada à Avenida Amarílio Thiago dos Santos, nº 158, Edif. Empresarial Diamante, Salas: 203, 204 e 205, Centro, Lauro de Freitas-Ba, CEP: 42.700-000, PRESTOU os serviços de conservação e limpeza de forma satisfatória para esta EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, conforme abaixo especificado.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - AFS nº 10.500.00004/2015

1. TIPO DE SERVIÇO/OBJETO: Serviço de limpeza e conservação, de forma contínua, com fornecimentos de materiais e equipamentos, nos diversos espaços da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola;

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 6 (seis) meses 16 / 04 / 2015 a 15 / 10 / 2015;

3. VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 310.205,88 (Trezentos e dez mil duzentos e cinco reais e oitenta e oito centavos);

4. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Seção de Serviços Gerais -
Telefone: (71) 3116-1953;

5. RESPONSÁVEL TÉCNICO: EVARISTO FERNANDES - CRA/BA nº 02116;

6. QUANTIDADE DE POSTOS:

23 (vinte e três) Serventes

01 (um) Cabo de Turma

7. Declaramos, ainda, que nada existe em nossos registros de fatos e atos de qualquer natureza que desabone a conduta profissional da empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI - ME**.

Salvador (Ba), 03 de novembro de 2015.

Alexandre Wagner Hamildes
Chefe do DSM
EBDA - Em Liquidação

EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA nº 2116

SSG
EBDA-Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
Av. Dorival Caymmi, nº 15.649 - Itapua
Salvador-Bahia
CNPJ: 14.772.867/0001-70

2014 964/2015

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DA BAHIA - CRA / BA.**

O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO
é parte integrante da Certidão.

Nº 1035, de 16/11/2015.

expedido neste Conselho.

Salvador, 16/11/2015.

Adm. Gerson da Silva Dias

Chefe Setor de Fiscalização e Registro

CRA/BA nº 5.118

Conselho Regional de Administração de Sergipe
A presente CERTIDÃO / ATESTADO é nesta data visado
pelo CRA / SE para fins de apresentação em
licitações no âmbito do Estado de Sergipe
Aracaju - SE 16/11/2015

Admª Cynthia Regina Santana Alves

Fiscal

CRA-SE nº 2368-01



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO CRA-BA

Sr.(a) Presidente,

Por meio deste, venho solicitar Registro de Comprovação de Aptidão do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica com as especificações abaixo relacionadas.

PREENCHIMENTO
PELO CRA-BA

RCA Nº:

562/2015

DATA:

16.11.2015

Evaristo Fernandes

Evaristo Fernandes

Ass. do Funcionário

CONTRATADA	Nome da Empresa/Órgão:		CNPJ		CRA-BA Nº:	
	OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI		01.851.688/0001-86		03209	
	Endereço		Bairro			
	Av. Amarílio Thiago dos Santos, nº 159, Edf. Empresarial Diamante, Salas: 203, 204 e 205		Centro			
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF	
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Lauro de Freitas	42.700-000	Bahia	

RESP. TÉCNICO	Nome do Responsável Técnico		CPF		CRA-BA Nº:	
	Evaristo Fernandes		006.898.235-68		2116	
	Endereço		Bairro			
	Jardim Belvedere - nº 98		Bonfim			
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF	
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Salvador	42.700-000	Bahia	

CONTRATANTE	Nome da Empresa/Órgão		CNPJ			
	EMPRESA BAHIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA S.A		14.772.867/0001-70			
	Endereço		Bairro			
	AV. DORIVAL CAIMMY, Nº 15.649		ITAPUÃ			
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF	
	(71) 3116-1953	(71) 3116-1953	Salvador	41.635-150	Bahia	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Descrição dos Serviços:	
	23 (vinte e três) postos 44 horas de Serviços de Servente 01 (um) posto 44 horas de Serviço de Cabo de Turma	
	Observações:	
	Valor do Serviço: R\$ 310.205,88 (Trezentos e dez mil duzentos e cinco reais e oitenta e oito centavos).	Vigência do Contrato: 16.04.2015 até 15.10.2015

DOCUMENTOS APRESENTADOS JUNTAMENTE COM O ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA
(X) CONTRATO () NOTA FISCAL () ORDEM DE SERVIÇO () NOTA DE EMPENHO

ASSINATURAS	Requerente (Responsável Técnico pela empresa)		EVARISTO FERNANDES RESPONSÁVEL TÉCNICO CRA/BA Nº 2116
	Assinatura:	<i>Evaristo Fernandes</i>	CRA-BA Nº:
	Cidade:	Lauro de Freitas, BA	Data: 16 DE NOVEMBRO DE 2015



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ nº 01.851.688/0001-86, estabelecida na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, nº 159, Salas 203, 204 e 205 - Centro, Lauro de Freitas-Ba, CEP: 42.700-000, presta os serviços de apoio administrativo e operacional, conforme especificações a seguir:

I) Quantidade de pessoal contratado:

Recepcionista 8 h					2 (dois)		
Mensageiro 8 h					1 (um)		

Data de Início: 01 de fevereiro de 2015.

III) Prazo do Contrato: 30 de novembro de 2016.

IV) Valor global do Contrato: R\$ 161.979,91 (cento e sessenta e um mil novecentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos).

Atestamos ainda, que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória, nada havendo em nossos arquivos que possa desaboná-la.

EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116

Salvador-Bahia, 20 de setembro de 2016

Moises Argones Martins
Chefe de Setor
DRJ-Salvador


REA 253116

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA - CRA / BA.	
O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO é parte integrante da Certidão	
Nº <u>1783</u>	de <u>07, 11</u> , 2016
expedida por este Conselho.	
Salvador,	<u>07, 11</u> , 2016.
Adm. Gerson da Silva Dias Chefe Setor de Fiscalização e Registro CRA/BA Nº 3.018	

Conselho Regional de Administração de Sergipe
A presente CERTIDÃO / ATESTADO é nesta data visada
pelo CRA / SE para fins de apresentação em
licitações no âmbito do Estado de Sergipe
Aracaju - SE 03/02/17

Admª Cynthia Regina Santana Alves
Fiscal
CRA-SE nº 2388-01

RCA – Registro de Comprovação de Aptidão - PJ

 <p align="center">CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO CRA-BA</p> <p>Sr.(a) Presidente,</p> <p>Por meio deste, venho solicitar Registro de Comprovação de Aptidão do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica com as especificações abaixo relacionadas.</p>	PREENCHIMENTO PELO CRA-BA	RCA Nº:	253/16
		DATA:	04.11.2016
			
		Ass. do Funcionário	

CONTRATADA	Nome da Empresa/Órgão:		CNPJ	CRA-BA Nº:	
	OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI		01.851.688/0001-86	03209	
	Endereço		Bairro		
	Av. Amarílio Thiago dos Santos, nº 159 – Salas 203, 204 e 205.		Centro		
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Lauro de Freitas	42.700-000	Bahia


RESP. TÉCNICO	Nome do Responsável Técnico		CPF	CRA-BA Nº:	
	Evaristo Fernandes		006.898.235-68	2116	
	Endereço		Bairro		
	Jardim Belvedere - nº 98		Bonfim		
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3386-0663	(71)3386-0663	Salvador	42.700-000	Bahia

CONTRATANTE	Nome da Empresa/Órgão		CNPJ		
	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SALVADOR		00.394.460/0381-14		
	Endereço		Bairro		
	AV. JEQUITAIA, ED. MINISTERIO DA FAZENDA, S/N, SALA 500 – 5º ANDAR		COMÉRCIO		
	Fone	Fax	Cidade	CEP	UF
	(71)3254-5397	(71) 3254-5397	Salvador	40.015-902	Bahia

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Descrição dos Serviços:	
	02 (dois) postos 44 horas de Serviços de Recepcionista 01 (um) posto 44 horas de Serviço de Mensageiro	
	Observações:	
	Valor do Serviço: R\$ 161.979,91 (cento e sessenta e um mil novecentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos).	Vigência do Contrato: 01.02.2015 até 30.11.2016

DOCUMENTOS APRESENTADOS JUNTAMENTE COM O ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) CONTRATO () NOTA FISCAL () ORDEM DE SERVIÇO () NOTA DE EMPENHO

ASSINATURAS	Requerente (Responsável Técnico pela empresa)	
	Assinatura:	CRA-BA Nº:
	 <p>EVARISTO FERNANDES RESPONSÁVEL TÉCNICO CRA/BA Nº 2116</p>	2116
	Cidade:	Data:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA EIRELI-ME**, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, Edf. Empresarial Diamante, nº 159, Salas: 203, 204 e 205 – Centro, Lauro de Freitas/BA, CEP: 42.700-000, inscrita no CNPJ: 01.851.688/0001-86 e Contrato Social registrado na JUCEB sob NIRE nº 29201808301, prestou serviço de **suporte para manutenção de prédios públicos**, conforme especificações a seguir:

<u>TIPO DE POSTO/ QUANTITATIVO</u>					
Artífice	Auxiliar de Serviços Gerais	Carpinteiro	Eletricista II	Pedreiro	Pintor
03	05	02	04	02	04

Número do contrato: 99/2016 – SGA

Vigência: 01 de julho de 2016 a 28 de dezembro de 2016

Prazo para execução: 180 (cento e oitenta) dias

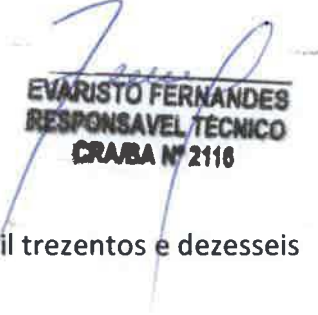
Valor semestral do contrato: R\$ 410.316,90 (quatrocentos e dez mil trezentos e dezesseis reais e noventa centavos).

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Salvador - Bahia, 07 de março de 2017.



Heverton dos Santos Campos
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Superintendência de Gestão Administrativa



EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116

04.142.491/0001-66
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA
5ª Avenida, nº 750,
CEP. 41.745-004
Centro Administrativo da Bahia

Salvador - BA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

04.142.491/0001-66
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA
5ª Avenida, nº 750,
CEP. 41.745-004
Centro Administrativo da Bahia

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS DE CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: Contrato nº 100/2016 - SGA

Salvador - BA.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA EIRELI-ME**, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, Edf. Empresarial Diamante, nº 159, Salas: 203, 204 e 205 – Centro, Lauro de Freitas/BA, CEP: 42.700-000, inscrita no CNPJ: 01.851.688/0001-86 e Contrato Social registrado na JUCEB sob NIRE nº 29201808301, prestou serviço de **suporte administrativo e operacional a prédios públicos**, conforme especificações a seguir:

<u>TIPO DE POSTO</u>	<u>QUANTITATIVO</u>
Auxiliar de Almoxarife I	01
Auxiliar de Almoxarife III	01
Auxiliar de Carga e Descarga	06
Auxiliar de Jardinagem	01
Jardineiro	01
Lavador de Veículos	02
Manobrista	01
Operador de Áudio/Som/TV	02
Porteiro	01
Recepcionista II	02
Telefonista	01

Número do contrato: 100/2016 – SGA

Vigência: 01 de julho de 2016 a 28 de dezembro de 2016

Prazo para execução: 180 (cento e oitenta) dias


EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116



Valor semestral do contrato: R\$ 276.785,04 (Duzentos e setenta e seis mil setecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos).

Atestamos ainda, que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Salvador - Bahia, 07 de março de 2017.


Heverton dos Santos Campos
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Superintendência de Gestão Administrativa


EVARISTO FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRABA Nº 2116

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA EIRELI-ME**, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, Edf. Empresarial Diamante, nº 159, Salas: 203, 204 e 205 – Centro, Lauro de Freitas/BA, CEP.: 42.700-000, inscrita no CNPJ: 01.851.688/0001-86 e Contrato Social registrado na JUCEB sob NIRE nº 29201808301, vem prestando serviços de **copeiragem e garçonomia**, conforme especificações a seguir:

<u>TIPO DE POSTO</u>	<u>QUANTITATIVO</u>
Copeira	6
Garçom	8

Número do contrato: 149/2015 – SGA.

Início da vigência: 01 de fevereiro de 2016.

Prazo para execução: 12 (doze) meses, prorrogado até 31/01/2018 pelo 2º Termo Aditivo.

Valor anual do contrato (atualizado): R\$ 451.523,52 (Quatrocentos e cinquenta e um mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos).

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Salvador - Bahia, 02 de março de 2017.


Heverton dos Santos Campos
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Ministério Público da Bahia

**04.142.491/0001-66
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA
5ª Avenida, nº 750,
CEP. 41.745-004
Centro Administrativo da Bahia
Salvador - BA.**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Para fins de capacitação técnica, a pedido da parte interessada, atestamos para os devidos fins, que a empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA - ME**, com sede na Avenida Amarílio Thiago dos Santos, nº 1580, Sala 103, Centro, Lauro de Freitas/Ba, CEP: 42.700-000, com CNPJ: **01.851.688/0001-86**, prestou serviços ao SERPRO, no período de 12/03/2015 a 30/06/2016, conforme abaixo:

Contrato: RG/Nº 53.499

Objeto: Prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, para o posto de auxiliar de serviços gerais (mensageiro/carregador).

Quantidade: 02 (dois) com carga de 44 horas.

Data de Início: 12/03/2015

Data de Término: 30/06/2016

Valor do Contrato no Período: R\$ 66.550,61


J. FERNANDES
RESPONSÁVEL TÉCNICO
CRA/BA Nº 2116

Outrossim, declaramos que os referidos serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e desempenho exigidos pelo SERPRO, não constando nenhuma ocorrência que desabone a sua capacidade técnica.

Salvador, 02 de fevereiro de 2017.



MARCO ANTÔNIO M. MENEZES

Gestor do Contrato



LORENA DE SOUSA CASTRO

Chefe da Divisão Regional de Gestão Logística
Salvador

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa **OBJETIVA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA E SERVIÇOS EIRELI - EPP**, com sede na Av. Luiz Tarquínio Pontes, Edf. Comercial da Torre, nº 1.821, Bloco: C, Sala: 22, Pitangueiras, Lauro de Freitas - Bahia/CEP: 42.701-450, inscrita no CNPJ: 01.851.688/0001-86 e Contrato Social registrado na JUCEB sob NIRE nº 2960007435-2, vem prestando a contento os serviços de locação de mão de obra, conforme especificações a seguir:

Serviço/Quantidade:

TIPO DE POSTO	QUANTITATIVO
Copeira	01
Recepcionista	11
Servente	07
Cabo de Turma	02
Eletricista	02
Garçom	01
Motorista	04
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	28

Número do Contrato: 01/2017

Data de início: 22 de Fevereiro de 2017

Data prevista para término: 22 de Fevereiro de 2020

Valor anual do contrato: R\$ 1.000.738,68 (Um milhão setecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Atestamos ainda, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações contratuais assumidas.

Aracaju/Sergipe, 22 de Fevereiro de 2019.


RICARDO JOSE RORIZ SILVA CRUZ
Diretor Presidente da SEGRASE



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA(CRA-BA), CERTIFICA que a pessoa jurídica abaixo identificada, em obediência ao art. 15 da Lei Nº 4.769/65, encontra-se habilitada tecnicamente e em situação REGULAR, neste Conselho, para atuar nos campos da Administração, previstos no art. 2º, alíneas “a” e “b” da Lei nº 4.769/65 e campos conexos da Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

Razão Social: POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 32.287.420/0001-97
Registro no CRA-BA: 04258 **Tipo Inscrição:** P
Data Registro: 01/2/2019
Capital Social: 110.000,00
Endereço: R PRF LEONÍDIO ROCHA 383 1AND SL103,CENTRO,FEIRA DE SANTANA/BA
Cep: 44.001-512
Responsável (is) Técnico(s): EVARISTO FERNANDES, Registro CRA-BA nº 02116

Objeto Social: SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, RECEPCIONISTA, ATENDENTE, BALCONISTA, CAIXA, DIGITADOR, MONITOR, OPERADOR DE TELEMARKETING, OPERADOR DE AUDIO E VIDEO, GERENTE, SECRETARIA EXECUTIVA, ASSISTENTE OPERACIONAL, ASSISTENTE JUNIOR, TELEFONISTA E MENSAGEIRO; LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICÍLIOS ; ATIVIDADES DE LIMPEZA; ATIVIDADES DE LIMPEZA DE RUAS; SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA; SERVIÇOS DE MALOTE NÃO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS-LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA E SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS.

Certificamos ainda que a referida pessoa jurídica encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com este Conselho, até o exercício de 2019 .

A presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados por este CRA contra a titular deste registro.

A falsificação deste documento, sujeita o infrator a processo disciplinar inclusive o Responsável Técnico ao devido processo ético e constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o(s) autor(es) à respectiva ação penal.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Emissão: Salvador, 24 de setembro de 2019

Validade: 31 de Dezembro de 2019, desde que o registro permaneça em situação regular.

Confirme a autenticidade e a regularidade deste documento na página www.cra-ba.org.br/Pagina/722/Servicos-Online.aspx mediante número de controle a seguir:

CONTROLE: 2019-23027863220



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Endereço : Av. Tancredo Neves, nº 999 - Edf. Metropolitano Alfa, 6º andar -
Caminho das Árvores CEP : 41820-021 - Salvador/BA - Tel : (71) 3311-2583 -
contato@cra-ba.org.br

Senhor Usuário,

O(s)A(s) Responsável(eis) Técnico(s) abaixo pela Empresa POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, registro CRA-BA PJ nº 04258, CNPJ nº32.287.420/0001-97, situada na(o) R PRF LEONÍDIO ROCHA 383 1AND SL103, CENTRO, FEIRA DE SANTANA, BA está(ão) devidamente registrado(s) no CRA-BA, nos termos da Lei 4.769, de 09/09/1965 e Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22/12/1967, atua com o vínculo de PRESTADOR DE SERVIÇO nos(s) seguinte(s) dia(s) e horário(s):

Horário de Funcionamento da Empresa:

Segunda a sexta - feira 08:00 as 17:00

Nome e Horário do Responsável Técnico na Empresa:

Adm(a). EVARISTO FERNANDES, Registro CRA-BA nº 02116, Terça-feira - 08:00 as 12:00;

Em caso de má qualidade dos serviços prestados por esta Pessoa Jurídica ou dos produtos por ela fornecidos, queira dirigir-se ao seu Responsável Técnico ou ao CRA-BA, órgão de defesa da sociedade e controle do exercício profissional dos Administradores, no endereço acima mencionado.

A falsificação deste documento, sujeita o infrator a processo disciplinar inclusive o Responsável Técnico ao devido processo ético e constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o(s) autor (es) à respectiva ação penal.

Emissão: Salvador, 24 de setembro de 2019

Validade: 31 de Dezembro de 2019, desde que o registro permaneça em situação regular.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Confirme a autenticidade deste documento na página
www.cra-ba.org.br/Pagina/722/Servicos-Online.aspx, mediante número de controle abaixo:

CONTROLE: 2019-23027863220

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

5ª Vara da Fazenda Pública

Fórum Ruy Barbosa, sala 424, Praça D. Pedro II s/n, Largo do
Campo da Pólvora, Nazare - CEP 40040-380, Fone: 3320-6768,
Salvador-BA - E-mail: vrg@tjba.jus.br
vrg@tjba.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0555141-07.2015.8.05.0001**
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança - Edital**
Impetrante: **ATIVA SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - EPP**
Impetrado: **PREGOEIRO DA SESAB (PREGAO 016/2015)**

Vistos, etc.

1 – ATIVA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, por sua dedicada advogada (fls. 30), impetrou o presente MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido de concessão de LIMINAR, objetivando a asseguarção de sua participação no certame licitatório, a ser realizado pela SAEB-BA, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO de Nº. 016/2015, chamando a integrar a lide, como AUTORIDADE COATORA, o Ilmo. Sr. PREGOEIRO, servidor para tanto, designado (inciso IV, do art. 3º da Lei Nº. 10.520/2002).

Alegou haver, administrativamente, apresentado RECURSO CONTRA O EDITAL, arguindo a ilegitimidade, no que pertine a avaliação da capacidade econômico-financeira do licitante, quanto a concomitância da exigência de comprovação do "patrimônio líquido" de, no mínimo, 10% do valor a ser contratado (valor estimado para adjudicação do lote I, R\$ 2.217.128,43, e para o lote II, R\$ 3.832.882,89), conforme alínea "c" e subitem XII-4.1, do item XII-4 do predito "edital", com o reclame da comprovação dos "índices financeiros" constantes da alínea "a-1" (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Grau de Endividamento) do referido item XII-4.

Esclareceu que tal recurso foi rejeitado, conforme se depreende da publicação do resultado do julgamento da reportada irresignação (fls. 150).

Constata-se, destarte, a NATUREZA PREVENTIVA de que se reveste o presente *MANDAMUS*, visto que, por seu intermédio, almeja a IMPETRANTE, como já consignado, ser admitida no aludido certame licitatório, independentemente da demonstração do "patrimônio líquido" exigido, dando como suficiente para a caracterização de sua capacidade econômico-financeira, o atendimento dos índices financeiros reclamados, face a ilegitimidade da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
Comarca de Salvador
5ª Vara da Fazenda Pública

Fórum Ruy Barbosa, sala 424, Praça D. Pedro II s/n, Largo do
Campo da Pólvora, Nazare - CEP 40040-380, Fone: 3320-6768,
Salvador-BA - E-mail: vrg@tjba.jus.br
vrg@tjba.jus.br

cumulatividade rejeitada.

Integrando a "causa de pedir" do presente *WRIT*, sustenta, em resumo, que a hostilizada cumulatividade de exigências (patrimônio líquido + índices financeiros), inibe a participação de um número maior de licitantes, vulnerando, por conseguinte, o escopo da maior abrangência da licitação, de modo a permitir a escolha mais vantajosa por parte da Administração, o que atenta contra o "interesse público" envolvido.

Colacionou em abono da tese sustentada, decisões, concessivas de "liminares", proferidas em casos análogos, pelos Juízos das 6ª e 7ª Varas da Fazenda Pública desta Comarca.

2 - Examino, nesta medida, o pleito de concessão de "liminar".

Depreende-se do exame do CRC de fls. 28 que a IMPETRANTE satisfaz os "índices financeiros" exigidos pela alínea "a-1", do item XII-4 do edital da licitação em foco, visto que apresentou: (1) o índice de Liquidez Corrente de 1.97 e igual índice de Liquidez Geral, quando a exigência é que fossem maiores que 1.00; (2) o índice de Grau de Endividamento de 0.43 quando o reclamado foi que fosse, no máximo, de 0.50.

Conforme estabelece o § 2º do art. 31 da Lei 8.666/93, a Administração, no caso da prestação de serviços, hipóteses dos autos, pode exigir comprovação de "patrimônio líquido mínimo", no dizer legal, "*como dado objetivo de comprovação de qualificação econômico-financeira dos licitantes...*" - sic-.

A outro giro, o § 5º do predito dispositivo assevera que "*A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através de cálculo de índices contábeis previstos no edital...*".

Afigura-se-me, portanto, plausível a sustentada tese do excesso na avaliação da "capacidade econômico-financeira", face a conjugação dos dois critérios (exigência do patrimônio líquido e comprovação dos índices contábeis), o que reduziria o universo dos que poderiam participar do certame. É



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

5ª Vara da Fazenda Pública

Fórum Ruy Barbosa, sala 424, Praça D. Pedro II s/n, Largo do
Campo da Pólvora, Nazare - CEP 40040-380, Fone: 3320-6768,
Salvador-BA - E-mail: vrg@tjba.jus.br
vrg@tjba.jus.br

que os reportados dispositivos (o § 2º e o § 5º, do art. 31 da Lei das Licitações), estabeleceram, seus respectivos critérios de avaliação de forma isolada, sem cogitar interrelação entre si, apresentando-se, pois, como critérios distintos e específicos para se avaliar aquele requisito da "fase de habilitação".

Tais previsões específicas guardam correspondência com o quanto estabelecido, respectivamente, nos §§ 2º e 4º, do art. 102, da Lei estadual de Nº. 9.433/2005.

Ademais, o § 2º do art. 31 da Lei 8.666/93, equivalente ao § 2º, do art. 102 da referida lei estadual, assegura uma alternatividade (observe-se o emprego da alternativa "ou"), cabendo à Administração, escolher 1 (um) dentre os critérios seletivos admitidos (exigência de capital mínimo, ou de patrimônio líquido mínimo ou de garantias).

"O art. 31, § 2º da Lei de Licitações determina que a Administração eleja um dos três requisitos, na fase de habilitação, em termos de exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira da empresa licitante, para depois estabelecer que tal requisito também será suficiente a título de garantia do contrato a ser posteriormente celebrado"

(Resp. 822.337/MS, 1º T., rel. Min. Francisco Falcão, j. Em 16/05/2006, DJ de 01/06/2006).

Súmula 275 do TCU: "Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e execução de obras e serviços" (grifei).

Vislumbra-se, assim, uma outra exigência excessiva, visto que o edital, contrariando o § 2º do art. 31 da Lei 8.666/93, e o § 2º do art. 102 da Lei estadual de Nº. 9.433/2005, exigiu, cumulativamente, comprovação de "patrimônio líquido" e "garantia".

Entendo, assim, em sede de "cognição sumária", excessiva as exigências de comprovação do "índices financeiros" (LC, LG e GE), todos satisfeitos pela IMPETRANTE, do "patrimônio líquido", além da "garantia" (a ser prestada pela Impetrante).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
Comarca de Salvador
5ª Vara da Fazenda Pública

Fórum Ruy Barbosa, sala 424, Praça D. Pedro II s/n, Largo do
Campo da Pólvora, Nazare - CEP 40040-380, Fone: 3320-6768,
Salvador-BA - E-mail: vrg@tjba.jus.br
vrg@tjba.jus.br

Desta forma, se a IMPETRANTE reúne os "índices financeiros" exigidos pela alínea "a.1", do item XII-4 do edital e se a mesma irá prestar a "garantia" exigida, dispensável, afigura-se-me, para a avaliação de sua "capacidade econômico-financeira", posto que excessiva, a demonstração do "patrimônio líquido mínimo" reclamado.

Dou, assim, pela plausibilidade do direito arguido, sendo que a ineficácia da medida, caso só concedida a final, resulta patente, posto que cuida-se de um procedimento célere, cuja fase de habilitação logo será ultrapassada.

EX POSITIS, considerando o que dos autos consta, DEFIRO a concessão da LIMINAR reclamada, determinando, como determinado fica, admita o digno IMPETRADO, como seja, o Ilmo. Sr. Pregoeiro, a participação da IMPETRANTE no PREGÃO ELETRÔNICO de N°. 016/2015, apresentando sua proposta de preços, sendo, se for o caso, na fase subsequente, considerada habilitada, independentemente da comprovação da exigência questionada (comprovação do patrimônio líquido no limite exigido pelo edital), desde que satisfeitas as demais constantes do predito Edital.

3 – Intime-se o digno IMPETRADO da decisão constante do item supra, enviando-se-lhe cópias da inicial, da documentação que a instrui e a desta "interlocutória".

4 – Dê-se ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, o verdadeiro "sujeito passivo" da presente "ação mandamental", o Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado, enviando-se-lhe cópias da exordial sem documentos e a desta decisão, para que, querendo, ingresse no feito.

5 – Vindo aos autos as INFORMAÇÕES e a eventual CONTESTAÇÃO do ESTADO DA BAHIA, colha-se, o sempre equânime parecer do órgão do M. Público.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
Comarca de Salvador
5ª Vara da Fazenda Pública

Fórum Ruy Barbosa, sala 424, Praça D.Pedro II s/n, Largo do
Campo da Pólvora, Nazare - CEP 40040-380, Fone: 3320-6768,
Salvador-BA - E-mail: vrg@tjba.jus.br
vrg@tjba.jus.br

6 – Para fins de cumprimento do quanto decidido, imprimo à
presente FORÇA E CARÁTER DE MANDADO.

7 – Cumpra-se.

Salvador/BA, 17 de setembro de 2015.

Antonio Bosco de Carvalho Drummond
Juiz de Direito

17
x

**JUIZO DE DIREITO DA SEXTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE SALVADOR**

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

Autos de nº 1219692-8/2006

**Impetrante: CENTRAL DE ORGANIZAÇÃO EMPREENDIMENTOS E
SERVIÇOS LTDA.**

Advogado: LUCIANA MARIA MINERVINO LERNER – OAB/BA nº 12.159

**Impetrado: PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR**

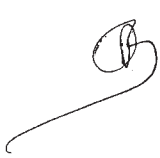
DECISÃO

Vistos, examinados etc.

1.1. Trata-se de pedido de natureza cautelar, *inaudita altera parte*, em sede de ação mandamental, com vistas a suspender o processo licitatório, regulado pelo Edital de Pregão Eletrônico – SEAD nº 106/2006, da Secretaria Municipal de Administração, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material, manutenção predial e suporte operacional, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

1.2. Às fl. 108/110, este Juízo deferiu medida liminar, determinando a suspensão do Processo Licitatório, regulado pelo Edital de Pregão Eletrônico – SEAD nº 094/2006, de mesmo objeto do novel Edital SEAD nº 106/2006. As razões que forçaram a concessão da aludida liminar residiam no fato de que o instrumento convocatório do Certame em questão continham vícios que, manifestamente, afrontavam norma vigente. Nesta esteira, exigia-se a apresentação de Certidão expedida pelo Conselho Regional de Administração, comprovação de experiência técnica anterior por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado, ressaltando-se, na parte final, que seria observada a contemporaneidade de prazos para efeito de somatório de atestados, a comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais) e índice de liquidez geral igual ou maior a 1,0, entre outras irregularidades.

1.3. Caracterizada a ocorrência de fato superveniente à decisão liminar de que se falou alhures, atendendo-se os princípios da celeridade e economia processuais e, principalmente, sob o agasalho do poder geral de cautela atribuído ao Juiz, mister se faz a renovação do provimento *in*



178
Dau

limine litis, razão por que passo a analisar o pedido de natureza acautelatória.

1.4. O novo Edital cuidou de sanar algumas das irregularidades apontadas pela Impetrante e reconhecidas por este Juízo. Todavia, outras máculas não foram expurgadas, motivo pelo qual se insurge a Impetrante contra a norma editalícia, com o fito de ver suspenso o Certame, uma vez que, como apontado na petição de fl. 124/128, instruída pelos documentos de fl. 129/176, a Administração Pública continua a exigir a inscrição junto ao CRA e a apresentação simultânea de patrimônio líquido e índices financeiros.

1.5. A atividade econômica para o exercício do objeto licitado não se caracteriza como específica do exercício da profissão de administrador, motivo pelo qual a aludida exigência se apresenta como imprópria, porque fere, num só ato, os princípios da isonomia e da legalidade. A Lei de Licitações, em seu art. 31, dispõe que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, certidão negativa de falência e garantia (caução em dinheiro, em títulos da dívida pública ou fidejussória, ou, ainda, fiança bancária); a exigência concomitante de apresentação de índices financeiros superiores a 1,0 e patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) tem-se por exagerada, o que restringe a participação de licitantes. Como se afirmou na decisão de fl. 108/110, estas irregularidades esboçam a necessidade de readequação da norma editalícia, face ao imperativo categórico de vinculação do ato administrativo ao princípio da legalidade e da isonomia. Neste sentido, qualquer tipo de restrição à livre concorrência, não prevista na Lei nº 8.666/93, configura-se como ilegal. Soam, portanto, exorbitantes, imoderadas as referidas exigências, cujo consectário imediato é tornar o processo licitatório inalcançável para uma gama respeitável de licitantes, o que poderia resultar em possível prejuízo para o erário.

1.6. A *conveniência e a oportunidade da conduta* do ente público devem, sempre, estar submissas à lei, nunca contrariá-la. E toda a vez que a Administração Pública desviar-se da senda da legalidade, ainda que sob a alegação de que seu ato atenderia à sua conveniência e à oportunidade, deve o Judiciário interferir, no sentido de reconduzir a Administração Pública ao salutar caminho da lei, preservando-se, destarte, os princípios regedores do Direito Administrativo.

1.7. No que tange ao perigo na demora da prestação jurisdicional, dúvidas não subsistem quanto ao fato de que o deslinde do presente feito somente em decisão de fundo poderia inviabilizar a eficácia da prestação jurisdicional.

B

2. CONCLUSÃO

Pelo que se expendeu *retro*, e mais o que nos autos consta, presentes os requisitos autorizadores do provimento acautelatório, HEI POR BEM SUSPENDER O PROCESSO LICITATÓRIO, REGULADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – SEAD Nº 106/2006, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MANUTENÇÃO PREDIAL E SUPORTE OPERACIONAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC, ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.

Notifique-se a autoridade dita -coatora para prestar novas informações, no prazo de 10 (dez) dias. Faça-se a notificação acompanhada da petição, documentos e de uma via desta decisão. P.I.

Salvador, 09 de novembro de 2006.


Bel. RUY EDUARDO ALMEIDA BRITTO
Juiz de Direito

119

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA.
PROCESSO Nº 1219733-9/2006 (11844/06)
MANDADO DE SEGURANÇA.

IMPETRANTE - REAL SERVICE LTDA
IMPETRADA - PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA
ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR.

DECISÃO

VISTOS, ETC.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado pela **REAL SERVICE LTDA.** pessoa jurídica e direito privado, qualificada na exordial, através de ilustre advogada, contra ato da **Presidente da Comissão Central Permanente de Licitação da Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Salvador**, em razão da nulidade absoluta no Edital do Pregão Eletrônico - SEAD Nº 097/2006, objetivando contratar empresas para prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção predial e suporte operacional, com fornecimento de materiais e equipamentos, em diversos órgãos da Prefeitura Municipal..

Alega que o Edital está eivado de nulidades, tais como: a) exigência de inscrição da empresa no CRA; b) atestados de qualificação técnica - limitação temporal; 3) comprovação de patrimônio líquido x índices financeiros - índice de liquidez geral-ILG, igual ou maior que 1,00; 4) horas extras, desde que autorizados, ferindo o princípio da legalidade; 5) contratação de supervisor sem ônus para a Administração.

Assim, em face das irregularidades apontadas no edital de Pregão Eletrônico referido acima, requer a concessão de liminar, no sentido de suspender o processo licitatório, na fase em que se encontrar, requerendo, ao final, a concessão da segurança.

h

120

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA.
PROCESSO Nº 1219733-9/2006 (11844/06)

2

MANDADO DE SEGURANÇA.

IMPETRANTE - REAL SERVICE LTDA

IMPETRADA - PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA
ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 35 à 116, indispensáveis à apreciação e seguimento regular do processo, sustentando-se, em princípio, a ineficácia jurídica do ato hostilizado.

Custas recolhidas às fls. 117.

Para a concessão de liminar devem concorrer os dois requisitos legais, ou sejam, a relevância das razões em que se assenta o pedido da inicial e a possibilidade de lesão irreparável ao direito da Impetrante, o que **in casu**, se mostram presentes, dada a finalidade do presente "**mandamus**", que é de garantir a utilidade e eficácia de futura prestação jurisdicional.

Dos argumentos postos e devidamente comprovados através de documentos, **extrai-se a relevância dos fundamentos**. A ineficácia da medida exsurge dos iminentes danos irreparáveis, em razão de que os procedimentos licitatórios devem ter por fim precípua o alcance do princípio da isonomia e da legalidade, observando-se que existe violação aos princípios referidos, vez que não se mostra razoável exigir inscrição dos interessados no CRA, levando-se em consideração o objeto contratado, bem como as exigências de qualificação técnica, restringindo a participação de um maior número de empresas interessadas, **ferindo também o Edital quando exige comprovação de patrimônio líquido concomitante com a comprovação de índices financeiros maiores que 1, o que fere o princípio da isonomia e legalidade** e mais as horas extras e a contratação de supervisor sem ônus para a administração, que fere frontalmente ao princípio da legalidade, estando provado a presença do "**fumus boni iuris**", pelos fatos narrados e pela prova documental a esta acostados e do "**periculum in mora**", que reside no fato da possibilidade de ineficácia da decisão final, caso não seja concedida de logo, vez que o procedimento continuará até final com a contratação desejada e portanto o *writ* perderá o seu objeto, ficando a Impetrante impossibilitada de participar do pregão, em face das ilegalidades exigidas.

7

121

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA.

3

PROCESSO Nº 1219733-9/2006 (11844/06)

MANDADO DE SEGURANÇA.

IMPETRANTE - REAL SERVICE LTDA

IMPETRADA - PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA
ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR.

Como ensina Hely Lopes Meirelles, “ a medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final, é procedimento acautelador do possível direito do impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa”. Diz mais que: “ a liminar não é uma liberalidade da Justiça; é medida acauteladora do direito do impetrante, que não pode ser negada quando ocorrem seus pressupostos como, também não deve ser concedida quando ausentes os requisitos de sua admissibilidade” (In Mandado de Segurança, Ação Popular, Mandado de Injunção, “Habeas Data”, 14ª edição, p.56).

Dos argumentos fáticos e jurídicos postos no pedido, afiguram-se-nos presentes, “in casu”, os pressupostos legais de admissão do pleito, em princípio, e, considerando que o ato hostilizado está despojado de fundamentação, levando-se a entrever a plausibilidade do direito invocado, pela relevância dos motivos constantes da postulação inicial e a ocorrência de lesão de difícil reparação ao direito da Impetrante, se vier a ser reconhecida na decisão de mérito, prejudicando-o a não mais poder.

Assim **DEFIRO** o pedido liminar pretendido, **PARA DETERMINAR, COMO DETERMINADO FICA A IMEDIATA SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO – SEAD N.º 097/2006, na fase em que se encontrar, até decisão final.** estando presentes os requisitos autorizadores da concessão, de acordo com o art. 7º, II, da Lei. 1.533/51.

122

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA.
PROCESSO Nº 1219733-9/2006 (11844/06)

4

MANDADO DE SEGURANÇA.

IMPETRANTE - REAL SERVICE LTDA

IMPETRADA - PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA
ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR.

Notifique-se a Autoridade indigitada de coatora, para que
preste as informações de estilo, no prazo legal.

P.I. Cumpra-se

Salvador 18 de outubro de 2006.


D^{ra} LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS.
JUÍZA DE DIREITO TITULAR.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA**

Proc. n. 41497-03.2012 Fl.

**AUTOS Nº 41497-03.2012.4.01.3300
CLASSE 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: ATENTO BAHIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
RÉ: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ASSISTENTE SIMPLES DA RÉ: VIPAC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.**

**SENTENÇA Nº 314/2013 – TIPO A
(RESOLUÇÃO CJF Nº 535, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006)**

I - RELATÓRIO

1. **ATENTO BAHIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, pessoa jurídica regularmente qualificada e representada nos autos, ajuíza a presente Ação Ordinária, com pedido liminar, contra a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, objetivando, em sede de provimento definitivo, seja declarada a ilegalidade da exigência constante do item 8.1.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 154/7075-2012 – de modo a permitir-lhe a comprovação de aptidão por meio de atestado de responsabilidade técnica emitido em nome da sua responsável técnica –, adjudicando-se em seu favor o respectivo objeto.

2. Sustenta em suma, que a exigência veiculada no item 8.4.1 do edital do Pregão Eletrônico n. 154/7075-2012 – prova de qualificação técnica por meio da apresentação de atestado/certidão/declaração em nome da licitante - viola o disposto no art. 30, § 1º, da Lei n. 8.666/93, que admite a comprovação da qualidade técnica da empresa mediante exibição do acervo do responsável técnico.

3. Pondera que a exigência impugnada atenta contra os princípios da finalidade, da competitividade e da isonomia, assim também contra o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal e no art. 3º, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Documentos às fls. 28/135.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA**

Proc. n. 41497-03.2012 Fl.

4. Antecipação dos efeitos da tutela deferida nos termos da decisão de fls. 140/143, que foi objeto de agravo de instrumento (fls. 154/182), posteriormente convertido em retido (fl. 287).

5. A CEF apresentou contestação às fls. 183/191 (instruída com os documentos de fls. 192/205), requerendo a improcedência do feito. Réplica às fls. 208/221.

6. A Vipac Segurança e Vigilância Ltda., segunda colocada no certame, recorreu do *decisum* de fls. 279/280 - por meio do qual havia sido indeferido o seu pedido de ingresso no feito na qualidade de litisconsorte passivo facultativo ulterior (fls. 223/224) – e obteve da Corte Regional o provimento de fls. 291/292, que lhe assegurou a intervenção na lide como assistente simples.

7. A Vipac, alegando que a documentação apresentada pela acionante não serve como prova do acervo técnico da responsável técnica – por ter sido emitida pela INSEG e não pelo Conselho Regional de Administração -, pleiteou em diversas oportunidades a suspensão do pregão eletrônico e do contrato dele decorrente (fls. 235/242, 314/323 e 435/439), pedido que não foi acolhido nem mesmo pela instância revisora (vide decisão de fl. 291/292).

8. É o necessário a relatar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

9. O art. 30 da Lei 8.666/93, que trata de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, assim dispõe sobre a comprovação da capacidade técnico-profissional:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA

Proc. n. 41497-03.2012 Fl.

*“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:
(...)*

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)” (destaquei).

10. Como se vê, o dispositivo em destaque faculta à pessoa jurídica a prova da sua aptidão técnica mediante demonstração de que possui no seu quadro permanente de funcionários profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica pela realização de obra ou serviço similar ao que está sendo licitado.

11. Necessário se faz reconhecer, pois, que a exigência veiculada no item 8.1.4 do edital do Pregão Eletrônico n. 154/7075-2012 é ilegal, devendo, portanto, ser rechaçada. Esse foi o entendimento perfilhado pelo TRF-1ª Região, quando do julgamento da Apelação em Mandado de Segurança n. 200537000022176. Eis a ementa:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA

Proc. n. 41497-03.2012 FI.

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. REALIZAÇÃO DE OBRA. EDITAL QUE PREVÊ SOMENTE A APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM NOME DA LICITANTE, DESCONSIDERANDO OS TÉCNICOS QUE NELA ATUAM. ILEGALIDADE.

1. "É ilegal a cláusula prevista em certame licitatório para realização de obra que prevê só a apresentação de atestado de capacidade técnica em nome da empresa participante, desconsiderando o acervo técnico dos profissionais que a integra. (Resolução CONFEA nº 317/86). Inteligência do artigo 30, § 1º, letra b, da Lei nº 8.666/93." (AMS 1997.01.00.042447-0/DF, Relator Juiz Evandro Reimão dos Reis (conv.), Terceira Turma Suplementar, DJ de 06.05.2002, p. 112).

2. Comprovado nos autos, mediante atestado fornecido pelo CREA, que a autora possuía, em seus quadros, profissional com a habilitação necessária à execução das obras, afigura-se ilegítima a decisão de sua inabilitação.

3. Apelação e remessa oficial desprovidas.

*4. Sentença confirmada.
(AMS 200537000022176, DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, TRF1 - SEXTA TURMA, e-DJF1 DATA:25/01/2010 PAGINA:24.) (destaquei)."*

12. Afirmada, assim, a possibilidade de utilização do acervo do responsável técnico como prova da capacidade técnico-profissional da licitante.

13. Não se ignora que a Vipac, assistente simples da CEF, impugnou os documentos apresentados pela demandante no processo licitatório – que são os mesmos colacionados às fls. 103/106 e 444/447 -, sob o fundamento de que o acervo da respectiva responsável técnica, que é uma profissional da Administração de Empresas, deve ser comprovado mediante documento emitido pelo Conselho Regional de Administração.

14. Entendo, porém, que razão não lhe assiste.

15. Isso porque, conforme entendimento consolidado no âmbito dos tribunais pátrios, o critério que torna obrigatório o registro da pessoa jurídica no conselho de classe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA

Proc. n. 41497-03.2012 Fl.

é a natureza do serviço prestado. Considerando que as empresas de vigilância e segurança não prestam serviço na área da Administração, não precisam registrar-se no Conselho de Regional de Administração, tampouco necessitam manter, em seus quadros, responsável técnico habilitado no referido órgão profissional.

16. Nessa linha, confira-se a ementa a seguir destacada:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRESA DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. ARTIGO 1º DA LEI Nº 6.839/80. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO INSCRITO NA REFERIDA ENTIDADE. DESNECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE ATIVIDADE BÁSICA DENTRE AS PREVISTAS NO ARTIGO 2º DA LEI Nº 4.769/65. CERTIFICAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. COBRANÇA DE ANUIDADE. INSUBSISTÊNCIA. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. Nos termos do artigo 1º da Lei nº 6.839/80, o critério legal de obrigatoriedade de registro nos Conselhos profissionais é determinado pela natureza dos serviços prestados.

2. A atividade relacionada à prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada não constitui atividade básica elencada no rol constante do artigo 2º, "b" da Lei nº 4.769/65, que dispõe sobre o exercício da profissão da área de Administração.

3. Não há obrigatoriedade de registro da empresa recorrida perante o Conselho Regional de administração, ou mesmo de se manter responsável técnico devidamente habilitado perante aquele Conselho.

4. Ante a ausência de obrigatoriedade de vinculação à Entidade de registro profissional, não se justifica a exigência de certificação dos atestados de capacidade técnica da empresa apelada, pois a recorrida não está sujeita à fiscalização do referido Conselho, por não exercer atividades peculiares à administração.

5. Insubsistência da cobrança de anuidades relativas ao registro profissional em discussão.

6. Apelação improvida.

(AC 200980000061060, Desembargador Federal Francisco Barros Dias, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data::04/11/2010 - Página::252.) (destaquei).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA**

Proc. n. 41497-03.2012 Fl.

17. Se não há obrigatoriedade da empresa de vigilância possuir responsável técnico habilitado no CRA, não há que se exigir dela a comprovação de acervo técnico mediante atestado expedido pelo referido órgão profissional.

18. Deixo de apreciar o pedido autoral de adjudicação do objeto de certame em seu favor, uma vez que a adjudicação pressupõe o atendimento de todos os requisitos previstos no edital, os quais, não sendo objeto desta ação, deverão ser examinados pela CEF na seara administrativa.

III - DISPOSITIVO

19. Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, apenas para declarar a ilegalidade da exigência contida no item 8.1.4 do edital do Pregão Eletrônico nº 154/7075-2012, assegurando à autora, por consequência, o direito de comprovar a sua capacidade técnica-profissional por meio do acervo da sua responsável técnica.

20. Custas *ex lege*.

21. Sucumbência recíproca.

22. Retifique-se a autuação do processo para incluir a Vipac Segurança e Vigilância Ltda. como assistente simples da CEF.

23. Transcorrido *in albis* o prazo recursal, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
3ª VARA**

Proc. n. 41497-03.2012 Fl.

24. P. R. I.

Salvador/BA, 26 de setembro de 2013.

ARNALDO PEREIRA ANDRADE SEGUNDO
Juiz Federal Substituto